



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ITI**



**INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016**

**BRASÍLIA – DF, MARÇO DE 2017.**



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ITI**

**Autarquia vinculada à Casa Civil da Presidência da República**

**Diretor-Presidente**

Renato da Silveira Martini

**Diretor de Infraestrutura de Chaves Públicas – DINFRA**

Maurício Augusto Coelho

**Diretor de Auditoria, Fiscalização e Normalização – DAFN**

Pedro Paulo Lemos Machado

**Coordenador-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração -  
CGPOA**

Liomar Santos Torres

**Procurador Federal - Chefe**

André Pinto Garcia



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ITI**

**Lista de Siglas e Abreviações**

O **Anexo 5** traz um Glossário de todos os termos, siglas e abreviações utilizadas na Certificação Digital.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**CASA CIVIL**  
**INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ITI**

**Lista de Tabelas**

Tabela 1 - A.2.4.1. Macroprocessos Finalísticos.....	23
Tabela 2 - A.2.4.2. Macroprocessos Finalísticos – Titular e Período de Atuação.....	25
Tabela 3 - A.3.1.1. Iniciativa.....	27
Tabela 4 - A.3.1.2. Macroprocessos Finalísticos – Ações Orçamentárias.....	28
Tabela 5 - A.3.3.1.1. Ação 10.20204.04.125.2038.4858.....	30
Tabela 6 - A.3.3.1.2.1. Ação 10.20204.04.125.2038.4912.....	33
Tabela 7 - A.3.3.1.2.1.1. Objetivos e Metas - 2016.....	34
Tabela 8 - A.3.3.1.2.1.2. Evolução da ICP – Brasil.....	34
Tabela 9 - A.3.3.1.2.1.3. Credenciadas na ICP - Brasil.....	35
Tabela 10 - A.3.3.1.3. Ação 10.20204.04.125.2038.4917.....	39
Tabela 11 - A.3.3.1.4.1. Ação 2101.2000.....	45
Tabela 12 - A.3.3.1.4.2. Adequação e evolução da infraestrutura (2016) – 95%.....	47
Tabela 13 - A.3.3.1.5. Ação 2101.2004.....	50
Tabela 14 - A.3.3.1.6. AÇÃO 2101-2010.....	51
Tabela 15 - A.3.3.1.7. AÇÃO 2101.2011.....	52
Tabela 16 - A.3.3.1.8. AÇÃO 2101.2012.....	53
Tabela 17 - A.3.3.1.9. Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores.....	53
Tabela 18 - A.3.3.3.1. Execução Descentralizada com Transferência de Recursos.....	55
Tabela 19 - A.3.3.3.2. Prestação de Contas dos Recursos de Recebedores.....	56
Tabela 20 - A.3.3.3.3. Visão Gerencial das Contas Prestadas.....	56
Tabela 21 - A.3.4.1. Despesas por Modalidade de Contratação.....	57
Tabela 22 - A.3.4.2. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa.....	58
Tabela 23 - A.3.5. Desempenho Operacional no âmbito do PPA 2016 - 2019.....	59
Tabela 24 - A.3.5.2.1. Quantidade de Certificados Emitidos – Janeiro a Dezembro/2016.....	62
Tabela 25 - A.3.5.2.2. Entidades Credenciadas.....	62
Tabela 26 - A.3.6.1. Sítios de Internet.....	68
Tabela 27 - A.3.6.2. Resultados por Tipo de Atividade.....	69
Tabela 28 - A.3.6.3. Demandas de Normas e Pesquisas.....	69
Tabela 29 - A.3.6.4. Resultados por Tipo de Atividade de Promoção.....	71
Tabela 30 - A.4.2. Dirigentes e Colegiados.....	74
Tabela 31 - A.4.5.1. Avaliação do Sistema de Controles Internos da Unidade.....	76
Tabela 32 - A.5.1.1.1. Força de Trabalho da Unidade – Situação em 31/12/2016.....	79
Tabela 33 - A.5.1.1.2. Distribuição da Lotação Efetiva.....	80
Tabela 34 - A.5.1.1.3. Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da Unidade - Situação em 31/12/2016.....	80
Tabela 35 - A.5.1.2. Despesas de Pessoal.....	81
Tabela 36 - A.5.1.4.1.1. Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra.....	82
Tabela 37 - A.5.1.4.1.2. Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da Unidade.....	83

Tabela 38 - A.5.1.4.2. Composição do Quadro de Estagiários.....	83
Tabela 39 - A.5.2.3.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	84
Tabela 40 - A.5.2.3.2. Despesas com Aluguel e Manutenção de Imóveis.....	84
Tabela 41 - A.6.1. Quantitativo de Solicitações Via E-Sic / Email Sic.....	87
Tabela 42 - A.7.1. Balanço Financeiro Resumido.....	89

### **Lista de Figuras**

Figura 1 - Estrutura da ICP - Brasil.....	16
Figura 2 - Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas.....	22
Figura 3- Mapa Estratégico do ITI.....	29

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ITI**

**Lista de Anexos e Apêndices**

- Anexo 1 – Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI 2015-2016
- Anexo 2 - Relação dos Sistemas Computacionais, suas Funções e Necessidades de Novas Funcionalidades
- Anexo 3 – Avanços da Massificação da Certificação Digital ICP – Brasil
- Anexo 4 – Demonstrações Contábeis
- Anexo 5 – Glossário
- Anexo 6 – Planejamento Estratégico 2015 – 2018
- Anexo 7 – Resultados do Planejamento Estratégico 2016



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ITI**

**Sumário**

<a href="#">Lista de Siglas e Abreviações.....</a>	<a href="#">3</a>
<a href="#">Lista de Tabelas.....</a>	<a href="#">4</a>
<a href="#">Lista de Figuras.....</a>	<a href="#">5</a>
<a href="#">Lista de Anexos e Apêndices.....</a>	<a href="#">6</a>
<a href="#">RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016.....</a>	<a href="#">10</a>
<a href="#">1. APRESENTAÇÃO.....</a>	<a href="#">11</a>
<a href="#">2. VISÃO GERAL DA UNIDADE.....</a>	<a href="#">13</a>
<a href="#">2.1. Finalidade e Competências.....</a>	<a href="#">13</a>
<a href="#">2.2. Ambiente de Atuação.....</a>	<a href="#">14</a>
<a href="#">2.3. Organograma.....</a>	<a href="#">22</a>
<a href="#">2.4. Macroprocessos Finalísticos.....</a>	<a href="#">23</a>
<a href="#">3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.....</a>	<a href="#">26</a>
<a href="#">3.1. Planejamento Organizacional.....</a>	<a href="#">26</a>
<a href="#">3.1.1. Descrição sintética dos Objetivos do exercício.....</a>	<a href="#">27</a>
<a href="#">3.1.2. Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico.....</a>	<a href="#">28</a>
<a href="#">3.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos.....</a>	<a href="#">29</a>
<a href="#">3.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos.....</a>	<a href="#">29</a>
<a href="#">3.3. Desempenho Orçamentário.....</a>	<a href="#">30</a>
<a href="#">3.3.1. Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade.....</a>	<a href="#">30</a>
<a href="#">3.3.1.1. Ação 10.20204.04.125.2038.4858.....</a>	<a href="#">30</a>
<a href="#">3.3.1.2. Ação 10.20204.04.125.2038.4912.....</a>	<a href="#">33</a>
<a href="#">3.3.1.3. Ação 10.20204.04.125.2038.4917.....</a>	<a href="#">39</a>
<a href="#">3.3.1.4. Ações Relacionadas a Programa de Gestão e Administração da Unidade.....</a>	<a href="#">45</a>
<a href="#">3.3.1.4.1. Ação 10.20204.04.122.2101.2000.....</a>	<a href="#">45</a>
<a href="#">Ação 10.20204.04.122.2101.2000.....</a>	<a href="#">45</a>
<a href="#">3.3.1.5. Ação 10.20204.04.301.2101.2004.....</a>	<a href="#">50</a>

3.3.1.6. Ação 10.20204.04.365.2101.2010.....	51
3.3.1.7. Ação 10.20204.04.331.2101.2011.....	52
3.3.1.8. Ação 10.20204.04.306..2101.2012.....	53
3.3.1.9. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	53
3.3.1.10. Ações – Orçamento de Investimento – OI.....	54
3.3.2. Fatores intervenientes no Desempenho Orçamentário.....	55
3.3.3. Execução Descentralizada com transferência de recursos.....	55
3.3.3.1. Visão Geral dos Instrumentos de Transferência e dos Montantes Transferidos.....	55
3.3.3.4. Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas.....	56
3.4. Informações sobre a execução das despesas.....	57
3.4.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação.....	57
3.4.2. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa.....	58
3.5. Desempenho Operacional.....	59
3.6. Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho.....	67
4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	74
4.1. Descrição das Estruturas de Governança.....	74
4.2. Informações sobre Dirigentes e Colegiados.....	74
4.3. Atuação da unidade de auditoria interna.....	75
4.4. Atividades de Correição e de Apuração de Ilícitos Administrativos.....	75
4.5. Gestão de Riscos e Controles Internos.....	76
4.5.1. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....	76
4.6. Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada.....	77
5. ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO.....	79
5.1. Gestão de Pessoas.....	79
5.1.1. Estrutura de pessoal da Unidade.....	79
5.1.2. Demonstrativo das Despesas com Pessoal.....	81
5.1.3. Gestão de Riscos relacionados ao Pessoal.....	81
5.1.4. Contratação de Pessoal de Apoio e Estagiários.....	82
5.2. Gestão do Patrimônio da União.....	84
5.2.1. Gestão do Patrimônio Imobiliário da União.....	84
5.2.2. Cessão de espaços físicos e imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas.....	84
5.2.3. Informações sobre imóveis locados de terceiros.....	84
5.3. Gestão da Tecnologia da Informação.....	85
5.3.1. Principais Sistemas de Informação.....	85
5.4. Gestão Ambiental e Sustentabilidade.....	85



5.4.1. Adoção de Critérios de Sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratação de serviços e obras.....	85
6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	87
6.1. Canais de acesso do Cidadão.....	87
6.2. Carta de serviços ao Cidadão.....	88
6.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários.....	88
6.4. Mecanismo de transparência das informações relevantes sobre a atuação da Unidade.....	88
7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	89
7.1. Desempenho Financeiro do Exercício.....	89
7.2. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.....	90
7.3. Sistemática de apuração de custos no âmbito da Entidade.....	90
7.4. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	91
8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE.....	92
8.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU.....	92
8.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.....	92
8.3. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário.....	93
8.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o art. 5º da Lei 8.666/1993.....	94
8.5. Revisão de contratos vigentes, firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.....	94



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ITI**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016**

Trata-se de Relatório de Gestão do Exercício de 2016 a ser apresentado aos Órgãos de Controle Interno e Externo e à Sociedade como Prestação de Contas Anual a que esta Autarquia está obrigada nos termos do parágrafo Único do Art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, de 1º de setembro de 2010, da DN TCU nº 154/2016, de 19 de outubro de 2016, Portaria TCU nº 59/2017, de 17 de janeiro de 2017 e demais orientações do Órgão de Controle Interno.

Os itens constantes da Portaria TCU nº 59/2017 não relacionados no presente Relatório não se aplicam à Autarquia.

BRASÍLIA – DF, MARÇO DE 2017.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ITI**

**1. APRESENTAÇÃO**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016**

O **Relatório de Gestão do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI**, Autarquia Federal vinculada à Casa Civil da Presidência da República, refere-se ao exercício de 2016 e foi elaborado de acordo com a modalidade “Relatório de Gestão Individual”, conforme Anexo I da DN TCU nº 154/2016, de 19 de novembro de 2016.

No exercício de 2016, o ITI cumpriu fielmente seu objetivo de garantir o pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira, assentada em sua disponibilidade de 99,99%, e deu continuidade ao desenvolvimento e implantação de novas tecnologias com vistas a garantir a segurança jurídica das transações e documentos eletrônicos realizados com o uso do Certificado Digital ICP – Brasil.

A Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira emitiu de janeiro a dezembro/2016 3.226.452 certificados digitais da ICP – Brasil.

Realizou também as ações de auditoria e fiscalização dos Prestadores de Serviços Credenciados na ICP – Brasil, assim como promoveu pesquisas que permitiriam o aperfeiçoamento das normas aplicáveis ao Sistema Nacional de Certificação Digital.

Em 2016 destacaram-se avanços e realizações no sentido de garantir a segurança do Sistema Nacional de Certificação Digital, em especial:

- a) Adoção do Sistema de Identificação Biométrico na ICP – Brasil;
- b) Desenvolvimento do Sistema Anti- Fraude;
- c) Evolução do Sistema de Homologação de Equipamentos e
- d) Revisão do Manual de Condutas Técnicas.

Informações detalhadas sobre os avanços e realizações se encontram descritas junto às Ações Orçamentárias Finalísticas, abordadas ao longo deste Relatório.

Os grandes desafios do Instituto no exercício de 2016 foram:

- a) **Limitações Orçamentárias:** Em 2016 o Instituto sofreu um dos maiores cortes orçamentários de sua história, sua LOA foi reduzida de R\$ 14.500.000,00 para R\$ 12.197.000,00. No exercício, o ITI executou 99,91% do Limite de Movimentação e Empenho disponibilizado para Custeio e Investimento. Dessa feita, mais uma vez o Instituto foi obrigado a demitir funcionários terceirizados, renegociar contratos, impor rigorosos controles de gastos,

suspender investimentos e treinamentos, dentre outras medidas da espécie.

**b) Limitações de Recursos para Investimentos em Tecnologia:** O contingenciamento orçamentário tem impedido avanços na aquisição de equipamentos de tecnologia, impondo inclusive a perda de garantia de grande parte dos equipamentos essenciais ao funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil. Limitações da espécie além de dilapidar o parque tecnológico vêm impondo atrasos no desenvolvimento e aperfeiçoamento de sistemas imprescindíveis à segurança da Certificação Digital Nacional.

**c) Estrutura organizacional defasada:** O Instituto ainda opera com a mesma estrutura organizacional desde sua criação em 2002 e não dispõe de quadro de carreira e quadro próprio de funcionários, obrigando-o a valer-se de serviços terceirizados, que muitas vezes têm alcance limitado e forte impacto nas despesas discricionárias de seu orçamento. Áreas críticas, como a de controle da infraestrutura de comunicações, redes, sistemas e segurança da informação da área meio sofrem com ausência de profissionais próprios e suficientes para a sua gestão

**d) Carência de profissionais especializados na área de pesquisa em C&T e Desenvolvimento Tecnológico:** Obriga o Instituto a valer-se de Acordos de Cooperação e Termos de Descentralização de Créditos para garantir a compatibilidade do sistema com avanços de novas Tecnologias da Informação.

**e) Ausência de sede própria para integração do ambiente seguro:** Atualmente o Órgão ocupa um prédio monouitário alugado, sendo obrigado a manter o ambiente seguro nas dependências da Presidência da República, o que torna sua administração mais cara e complexa. Além disso, continua premente a necessidade de implantação do nível 3 de segurança na Sede do ITI, de forma que o ambiente de segurança da DINFRA seja compatibilizado com a Sala Cofre. Atualmente a execução de determinadas atividades operacionais só podem ser realizadas na Sala Cofre.

**f) Outras observações relevantes:** Com o advento da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, o ITI passou a ser vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações. A vinculação ao MCTI foi válida até o sancionamento da Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, que manteve a vinculação do ITI à Casa Civil da Presidência da República. No entanto, tal fato praticamente inviabilizou providências para a reestruturação organizacional do ITI, para a aquisição de sede própria e/ou reforma nas instalações atuais e aprovação do Regimento Interno. Somente em 2017, com a publicação do Decreto nº 8.985/2017, de 8 de fevereiro de 2017, o ITI permaneceu vinculado à Casa Civil da Presidência da República.

O Planejamento Estratégico 2015-2018 do Instituto, Anexo 6 do presente Relatório, contempla ações específicas para a solução desses entraves institucionais.

Por fim, a crescente adoção da certificação digital, mesmo em um ano de recessão econômica tão forte, vem confirmar a importância da ferramenta para a redução de custos operacionais, pois a certificação digital aporta economicidade, segurança, agilidade e transparência à prestação de diversos serviços essenciais à sociedade brasileira.

Brasília/DF – 2017

## 2. VISÃO GERAL DA UNIDADE

### 2.1. Finalidade e Competências

O **Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI** ([www.iti.gov.br](http://www.iti.gov.br)) é uma Autarquia Federal, criada por intermédio do Art. 12 da Medida Provisória nº 2.200, de 24 de agosto de 2001, e cuja vinculação à Casa Civil da Presidência da República está expressa no Decreto nº 6.129, de 20 de junho de 2007. Sua estrutura regimental está definida pelos Decretos nº 4.689/2003, de 7 de maio de 2003 e Decreto nº 5.420/2005, de 13 de abril de 2005.

O Brasil optou por dispor de uma infraestrutura pública e um Sistema Nacional de Certificação Digital mantidos e auditados por uma entidade pública, no caso o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI, a quem compete executar as políticas de certificação e as normas técnicas e operacionais estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICP – Brasil, bem como realizar os processos de credenciamento, auditoria e fiscalização das entidades que compõem a ICP – Brasil, com vistas a manter a qualidade dos serviços prestados e o nível de confiança que a sociedade exige ao valer-se de um Certificado Digital da ICP – Brasil.

O ITI tem como competência principal a modernização, manutenção e operacionalização da Infraestrutura de Chaves Públicas no Brasil – ICP - Brasil, atuando ainda na auditoria e fiscalização das entidades credenciadas e na pesquisa e normatização dos serviços de certificação digital no Brasil, como forma de torná-los compatíveis e interoperáveis com padrões e normas internacionais.

O Instituto também tem atribuição de estimular e articular projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológicos voltados à ampliação da cidadania digital, bem como a popularização da certificação digital e inclusão digital, atuando sobre questões como sistemas criptográficos, software livre, hardwares compatíveis com padrões abertos e universais, convergência digital de mídias, entre outras.

O ITI atua também como Secretaria-Executiva do Comitê Gestor da ICP – Brasil, composto por representantes dos seguintes Órgãos: Casa Civil da Presidência da República, Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Justiça, Gabinete de Segurança Institucional, ANCD – Associação Nacional de Certificação Digital, Câmara e-Net, AARB – Associação das Autoridades de Registro do Brasil, SBC – Sociedade Brasileira de Computação, CNC – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo e dois convidados do CNJ – Conselho Nacional de Justiça.

O Instituto participa da Coordenação da e-PING e do Comitê Gestor de Segurança da Informação, assim como tem sido convidado a participar da discussão de temas voltados à segurança cibernética.

Neste contexto, a certificação digital é o principal negócio do ITI, tendo como insumo básico a tecnologia de ponta, tanto em hardware como em software, para assegurar, desenvolver, manter e prover com disponibilidade mínima de 99.99%, 24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano, os serviços da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP – Brasil.

#### **Certificação Digital – Importância e Benefícios**

A Medida Provisória 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, deu início à implantação do

sistema nacional de certificação digital da Infraestrutura de Chaves Pública Brasileira – ICP – Brasil, criada com o objetivo de regulamentar a utilização da Certificação Digital no País.

O Certificado Digital funciona como uma carteira de identidade virtual que permite a identificação segura do autor de uma mensagem ou transação realizada nos meios virtuais, como a rede de computadores – Internet. Tecnicamente, o certificado digital é um documento eletrônico que por meio de procedimentos lógicos e matemáticos assegura a integridade das informações e a autoria das transações.

O Certificado Digital contém dados de seu titular, tais como, número de registro civil, CPF, assinatura da Autoridade Certificadora que o emitiu, entre outros atributos, conforme consta nas Políticas de Certificados de cada Autoridade Certificadora.

Portanto, quando se utiliza um certificado digital para gerar um documento eletrônico, inicia-se uma verificação dos dados e da validade do certificado, cujo processo se vale de chaves criptográficas criadas mediante o uso de matemática avançada. A cada entidade (pessoa, processo ou servidor) é associada um par de chaves criptográficas, cuja verificação ou certificação *on-line* é feita a cada transação pela Autoridade Certificadora que o emitiu.

A Certificação Digital é uma ferramenta que confere segurança a transações realizadas de forma virtual, ou seja, sem presença física do interessado, mas que exigem a identificação inequívoca da pessoa que está processando o documento ou transação de forma eletrônica.

O uso de um Certificado Digital em uma transação ou documento eletrônico garante integridade, autenticidade, segurança e validade jurídica aos atos praticados, por essa razão é muito utilizada em operações de comércio eletrônico, assinatura de contratos, operações bancárias, iniciativas de governo eletrônico, diversas transações da Receita Federal e de comércio exterior, dentre muitas outras.

## **2.2. Ambiente de Atuação**

A Medida Provisória 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, deu início à implantação do sistema nacional de certificação digital da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil, criada com o objetivo de regulamentar a utilização da Certificação Digital no País.

A criação da ICP - Brasil coincide com a criação do governo eletrônico no Brasil, em meados do ano de 2000. A certificação digital tem papel fundamental na operacionalização de quaisquer atividades em meio eletrônico que tenham como requisitos a segurança técnica e a segurança jurídica. Segurança Técnica porque se baseia em princípios matemáticos e computacionais para legitimar e validar ações em meio eletrônico e segurança jurídica porque está amparada por legislação específica que dá a devida legalidade às ações produzidas em meio eletrônico, com o uso do certificado digital ICP – Brasil.

Como dito anteriormente, o Brasil optou por dispor de uma infraestrutura pública e um Sistema Nacional de Certificação Digital mantidos e auditados por uma entidade pública, no caso o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI, a quem compete executar as políticas de certificação e as normas técnicas e operacionais estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICP – Brasil, bem como realizar os processos de credenciamento, auditoria e fiscalização das entidades que compõem a ICP – Brasil, com vistas a manter a qualidade dos serviços prestados e o nível de confiança que a sociedade exige ao valer-se de um Certificado Digital da ICP – Brasil.

Assim, empresas privadas ou públicas que queiram aderir à ICP - Brasil devem fazê-lo a partir do credenciamento junto ao ITI, comprometendo-se a cumprir rigorosamente as normas técnicas aplicáveis à Certificação Digital da ICP – Brasil e submeter-se a auditorias periódicas e fiscalizações permanentes. Desta feita, o Instituto não tem concorrentes diretos, visto que não emite certificado digital ao usuário final (cidadão ou empresa). O ITI apenas emite certificado para as Entidades Credenciadas no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

### **Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP – Brasil)**

A Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP – Brasil) é uma cadeia hierárquica e de confiança que viabiliza a emissão de certificados digitais para identificação virtual do cidadão. Observa-se que o modelo adotado pelo Brasil foi o de certificação com raiz única, sendo que o ITI, além de desempenhar o papel de Autoridade Certificadora Raiz (AC - Raiz), credencia e descredencia os demais participantes da cadeia, supervisiona e faz auditoria dos processos.

#### ***AC Raiz***

A Autoridade Certificadora Raiz da ICP – Brasil (AC - Raiz) é a primeira autoridade da cadeia de certificação. Executa as Políticas de Certificados e Normas Técnicas e Operacionais aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP – Brasil. Portanto, compete à AC - Raiz emitir, expedir, distribuir, revogar e gerenciar os certificados das autoridades certificadoras de nível imediatamente subsequente ao seu.

A AC - Raiz também está encarregada de emitir a lista de certificados revogados (LCR) e de fiscalizar e auditar as Autoridades Certificadoras (ACs), Autoridades de Registro (ARs) e demais prestadores de serviço habilitados na ICP – Brasil. Além disso, verifica se as ACs estão atuando em conformidade com as diretrizes e normas técnicas estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICP – Brasil.

#### ***ACs – Autoridades Certificadoras***

Uma Autoridade Certificadora (AC) é uma entidade, pública ou privada, subordinada à hierarquia da ICP – Brasil, responsável por emitir, distribuir, renovar, revogar e gerenciar certificados digitais. Tem a responsabilidade de verificar se o titular do certificado possui a chave privada que corresponde à chave pública que faz parte do certificado. Cria e assina digitalmente o certificado do titular, onde o certificado emitido pela AC representa a declaração da identidade do titular, que possui um par único de chaves (pública/privada).

Cabe também à AC emitir listas de certificados revogados (LCR) e manter registros de suas operações sempre obedecendo às práticas definidas na Declaração de Práticas de Certificação (DPC). Além de estabelecer e fazer cumprir, pelas Autoridades Registradoras (ARs) a ela vinculadas, as políticas de segurança necessárias para garantir a autenticidade da identificação realizada.

#### ***AR – Autoridade de Registro***

Uma Autoridade de Registro (AR) é responsável pela interface entre o usuário e a Autoridade Certificadora. Vinculada a uma AC, tem por objetivo o recebimento, validação, encaminhamento de solicitações de emissão ou revogação de certificados digitais e identificação, de forma presencial, de seus solicitantes. É responsabilidade da AR manter registros de suas operações. Pode estar fisicamente localizada em uma AC ou ser uma entidade de registro remota.

### ACT – Autoridade Certificadora do Tempo

Uma Autoridade Certificadora do Tempo (ACT) é uma entidade na qual os usuários de serviços de Carimbo do Tempo confiam para emitir Carimbos do Tempo. A ACT tem a responsabilidade geral pelo fornecimento do Carimbo do Tempo, conjunto de atributos fornecidos pela parte confiável do tempo que, associado a uma assinatura digital, confere provar a sua existência em determinado período.

Na prática, um documento é produzido e seu conteúdo é criptografado. Em seguida, ele recebe os atributos ano, mês, dia, hora, minuto e segundo, atestado na forma da assinatura realizada com certificado digital servindo assim para comprovar sua autenticidade.

### PSBIO – Prestador de Serviço Biométrico

Com o advento da inclusão de dados biométricos para emissão do Certificado Digital ICP - Brasil, foram credenciados Prestadores de Serviços Biométricos para a coleta biométrica com foco na melhor identificação do requerente do certificado digital. O Modelo que será implementado prevê a coleta de dados biométricos digitais e faciais dos requerentes ao certificado digital ICP-Brasil.

### Estrutura da ICP – Brasil

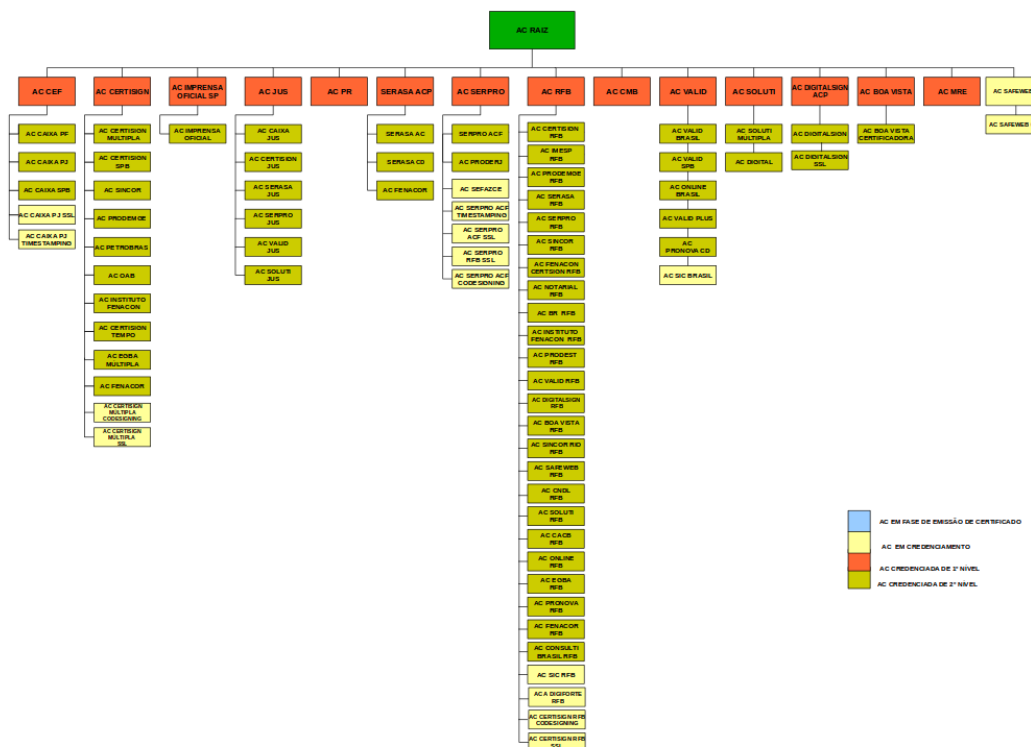
A Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil está composta das seguintes Autoridades Certificadoras de 1º Nível e de 2º Nível.

Figura 1 - Estrutura da ICP - Brasil



Estrutura da ICP-Brasil

Atualizado: 26/01/2017





A Infraestrutura de Autoridades Certificadoras de 1º Nível são as seguintes:

### **SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados**



Primeira Autoridade Certificadora de 1º nível credenciada pela ICP – Brasil, a empresa busca, desde a criação de seu Centro de Certificação Digital – CCD, em 1999, divulgar o uso dessa tecnologia para os vários segmentos com que trabalha.

### **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**



Única instituição financeira credenciada como Autoridade Certificadora ICP – Brasil, a Caixa Econômica Federal tem trabalhado também para que a certificação digital integre serviços que resultem em melhoras para seus funcionários, clientes e titulares das contas de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

### **SERASA EXPERIAN**



Autoridade Certificadora do setor privado, a Serasa fornece a segurança dos certificados digitais para quase todos os grupos financeiros participantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB).

### **RECEITA FEDERAL DO BRASIL**



A Receita Federal do Brasil (RFB) disponibiliza uma grande quantidade de serviços com o objetivo de simplificar ao máximo a vida dos contribuintes, facilitando o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias para os que possuem certificados digitais ICP – Brasil.

### **CERTISIGN**



A Certisign tem duplo foco no ramo da certificação digital. Além de fornecer a ferramenta tecnológica, o grupo desenvolve soluções para uso exclusivo com certificados digitais ICP – Brasil.

### **IMPrensa OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**



A Imprensa Oficial é a Autoridade Certificadora Oficial do Estado de São Paulo credenciada para oferecer produtos e serviços de certificação digital para os poderes executivo, legislativo e judiciário, incluindo todas as esferas da administração pública, direta e indireta, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

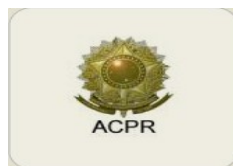
### **AC JUS**



A AC-JUS alavancou definitivamente a implantação da Certificação Digital no Judiciário. Tem fomentado o desenvolvimento de aplicações para comunicação e

troca de documentos eletrônicos, viabilizando, dentre outros, o Processo Judicial Eletrônico (PJ-e). A AC-JUS por ser AC de 1º nível não emite certificados para usuários finais, isto é, apenas emite certificados para suas Autoridades Certificadoras subordinadas. Estas sim, emitem os certificados para os usuários finais, que podem ser magistrados e servidores, equipamentos e aplicações dos Poderes Judiciário, Executivo ou Legislativo Federal ou Estadual. Atualmente compõem a cadeia da AC-JUS: Certisign-JUS, SERASA-JUS, Valid-JUS, Soluti-JUS, SERPRO-JUS e CAIXA-JUS.

## AC PR



Credenciada a emitir Certificados Digitais totalmente aderentes às normas, padrões estabelecidos pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil, a Autoridade Certificadora da Presidência da República - ACPR foi criada em abril de 2002, por uma iniciativa da Casa Civil, no âmbito do governo eletrônico (e-Gov). A ACPR emite certificados para autoridades e servidores da Presidência da República e da Vice-Presidência da República e para autoridades e servidores do Poder Executivo Federal que necessitam utilizar certificado digital para autenticação em aplicativos geridos pela PR.

## CASA DA MOEDA DO BRASIL



Entre as mais antigas instituições públicas brasileiras, a instituição consolida o objetivo de modernização de sua estrutura produtiva e administrativa, bem como se habilita para atender ao mercado de segurança na era virtual.

## VALID CERTIFICADORA DIGITAL



A AC Valid, 10ª entidade a credenciar-se como AC de 1º nível, atua no mercado de certificação digital focando suas atividades em tecnologias que resultem na prestação de serviços. Além da emissão dos certificados, a Valid oferece serviços de tecnologia para infraestrutura de chaves públicas, consultoria e suporte no comando de processos e atividades de apoio a Autoridades de Registro.

## SOLUTI CERTIFICAÇÃO DIGITAL



Especializada em tecnologia da informação com atuação em todo o território brasileiro, em 2012 a Soluti tornou-se a 11ª Autoridade Certificadora (AC) de 1º nível vinculada à ICP – Brasil. A Soluti já atuava como Autoridade de Registro (AR) em vários estados do País oferecendo serviços, produtos e soluções em certificação digital.

## AC DIGITAL SIGN



A Digitalsign é uma empresa portuguesa, que através da Digitalsign Certificadora – empresa brasileira, tornou-se a 12ª Autoridade Certificadora – AC de 1º nível da ICP – Brasil. Grupo é composto pelas empresas Digitalina Portugal, AET Europe e Thomas Greg & Sons.

## AC BOA VISTA



A AC Boa Vista é a unidade de negócios de Certificação Digital da Boa Vista Serviços e completa a oferta da empresa com soluções para a tomada de decisões sustentáveis de crédito e gestão de negócios. Controlada por brasileiros, a Boa Vista opera o cadastro positivo no país e investe continuamente em tecnologia de ponta para atender à sua carteira de clientes em todo o território nacional.

## MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – MRE



A AC-MRE é a 14ª. Autoridade Certificadora credenciada, sendo responsável pela emissão do certificado digital que assina os componentes eletrônicos do novo passaporte brasileiro, aderente ao *Public Key Directory – PKD* da Organização da Aviação Civil Internacional – ICAO, agência especializada das Nações Unidas.

É nesse amplo ambiente que o ITI atua e em que pese tratar-se de infraestrutura pública única, o Instituto está sujeito a fatores intervenientes que impactam positiva e negativamente o funcionamento da organização e o cumprimento de sua missão institucional. A dinâmica do ambiente em que se insere o ITI traduz-se em ameaças, que são as situações que podem colocá-lo em risco, e oportunidades, que podem ser aproveitadas para impulsionar o seu desenvolvimento. São consideradas **ameaças** ao desenvolvimento das atividades do ITI:

a) **Estrutura organizacional defasada:** O Instituto ainda opera com a mesma estrutura organizacional desde sua criação em 2002 e não dispõe de quadro de carreira e quadro de funcionários próprio, obrigando-o a valer-se de serviços terceirizados, que muitas vezes têm alcance limitado e forte impacto nas despesas discricionárias de seu orçamento. Áreas críticas, como a de controle da infraestrutura de comunicações, redes, sistemas e segurança da informação da área meio sofrem com ausência de profissionais próprios e suficientes para a sua gestão. Na área finalística, essa limitação vai além, retardando avanços na área de pesquisa e desenvolvimento, uma vez que os recursos são alocados prioritariamente na operacionalização da Infraestrutura de Chaves Públicas, haja vista sua alta disponibilidade (24 horas por dia, 7 dias por semana – 99.99%);

b) **Limitações Orçamentárias e Investimentos em Tecnologia:** Em 2016 o Instituto sofreu um dos maiores cortes orçamentários de sua história, sua LOA foi reduzida de R\$ 14.500.000,00 para R\$ 12.197.000,00. No exercício, o ITI executou 99,91% do Limite de Movimentação e Empenho disponibilizado para Custeio e Investimento. Dessa feita, mais uma vez o Instituto foi obrigado a demitir funcionários terceirizados, renegociar contratos, impor rigorosos controles de gastos, suspender investimentos e treinamentos, dentre outras medidas da espécie. O contingenciamento orçamentário tem impedido avanços na aquisição de equipamentos de tecnologia, impondo inclusive a perda de garantia de grande parte dos equipamentos essenciais ao funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil. Limitações da espécie além de dilapidar o parque tecnológico vêm impondo atrasos no desenvolvimento e aperfeiçoamento de sistemas imprescindíveis à segurança da Certificação Digital Nacional.

c) **Carência de profissionais especializados na área de pesquisa em C&T e Desenvolvimento Tecnológico:** O Instituto é obrigado a valer-se de Acordos de Cooperação e Termos de Descentralização de Créditos para garantir a compatibilidade do sistema com avanços de novas Tecnologias da Informação.

d) **Ausência de sede própria para integração do ambiente seguro:** Atualmente o Órgão ocupa um prédio monousoário alugado, sendo obrigado a manter o ambiente seguro nas dependências da Presidência da República, o que torna sua administração mais cara e complexa. Além disso, continua premente a necessidade de implantação do nível 3 de segurança na Sede do ITI, de forma que o ambiente de segurança da DINFRA seja compatibilizado com a Sala Cofre. Atualmente a execução de determinadas atividades operacionais só podem ser realizadas na Sala Cofre.

e) **Permanente avanço tecnológico em segurança da informação:** Fato que exige cada vez mais investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias voltadas a garantir interoperabilidade e segurança em transações e documentos eletrônicos.

f) **Avanço do uso da Certificação Digital em processos críticos para a sociedade brasileira:** Exigência de alta disponibilidade de serviços e permanente monitoramento de ataques de *hackers*, fraudes e outras tentativas de invasão do sistema. A limitação orçamentária vem retardando avanços no desenvolvimento do sistema antifraudes e do sistema de credenciamento e fiscalização, dentre outras ações voltadas à segurança.

g) **Significativo crescimento da Infraestrutura de Autoridades Certificadoras e Prestadores de Serviços:** Demanda cada vez mais alta de recursos humanos, físicos e lógicos capazes de auditar e fiscalizar essa rede, como forma de garantir sua conformidade a padrões e procedimentos estabelecidos pela ICP – Brasil.

Por outro lado, o ambiente externo apresenta **oportunidades**, tais como:

a) **Benefícios da Certificação Digital:** A Certificação Digital oferece ganhos em termos de economicidade, agilidade, segurança, validade jurídica em transações e documentos eletrônicos, cada vez mais visíveis, reconhecidos e valorizados pela sociedade brasileira.

b) **Alta disponibilidade do Sistema Nacional de Certificação Digital:** O Sistema deve estar disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano, a uma taxa de 99,99%, o que garante seu uso de forma ininterrupta, a qualquer tempo e independente de sua localização.

c) **Crescente oferta de novas aplicações:** Utilização da Certificação Digital como ferramenta de segurança e validade jurídica tanto no âmbito governamental como privado.

d) **Ampla gama de aplicações públicas e privadas com potencial para uso da ferramenta**

e) **Publicação da Lei 12.682/2012:** Concede ao documento digitalizado o mesmo valor legal do documento em papel, desde que utilizado o Certificado Digital padrão ICP – Brasil, como ferramenta exclusiva de segurança, confiabilidade e validação das

digitalizações. A Lei promoverá avanços importantes no uso de documentos eletrônicos e na utilização da certificação digital ICP – Brasil.

f) ***Ampla desenvolvimento do e-commerce***

g) ***Incentivo à desmaterialização de processos:*** Processo Eletrônico (PEN)

h) ***Alternativa para a redução do custo Brasil*** e efetiva contribuição para a sustentabilidade (“*Green Economy*”), ao viabilizar ações que reduzem o consumo de papel, tinta, madeira e água.

A análise ambiental evidenciou a necessidade de atuação em determinadas frentes, cujo êxito é considerado fundamental para o cumprimento da missão e o alcance da visão. Para tanto, o Instituto desenvolveu um Planejamento Estratégico para 2015-2018, cujas Diretrizes Estratégicas apontam para a necessidade de atuação nas seguintes frentes:

1. ***Operacionalização, Manutenção e Modernização do Sistema Nacional de Certificação Digital ICP – Brasil***
2. ***Auditoria e Fiscalização do Sistema Nacional de Certificação Digital da ICP - Brasil***
3. ***Normalização e Pesquisa em Criptografia e Segurança da Informação***
4. ***Prospecção e Evolução Tecnológica em Criptografia e Segurança da Informação***
5. ***Fomento a aplicações com uso da Certificação Digital ICP - Brasil***
6. ***Promoção e Disseminação do Uso da Certificação Digital – ICP – Brasil: Sensibilização e Capacitação***
7. ***Macroprocessos de Apoio e Reestruturação Organizacional***
8. ***Reestruturação Orçamentária***
9. ***Monitoramento de Projetos de Lei que disciplinem o uso de assinaturas eletrônicas e a prestação de serviços de certificação digital de interesse da ICP Brasil.***

A atual estrutura da ICP – Brasil é utilizada cada vez mais em sistemas e aplicações de grande relevância para o desenvolvimento nacional, sendo aplicada nas áreas de Infraestrutura, Desenvolvimento Social Econômica e Produtiva e de Estratégia, Justiça e Defesa. No atual cenário, o Estado brasileiro também deve considerar a ICP - Brasil como uma infraestrutura crítica, que deve ser preservada, acompanhada e sustentada de modo a não trazer solução de descontinuidade aos inúmeros serviços que são prestados e que dependem fortemente das tecnologias e dos serviços prestados pelo ITI.

### 2.3. Organograma

O ITI tem a seguinte **estrutura organizacional**:

I – órgão de assistência direta e imediata ao Diretor-Presidente:

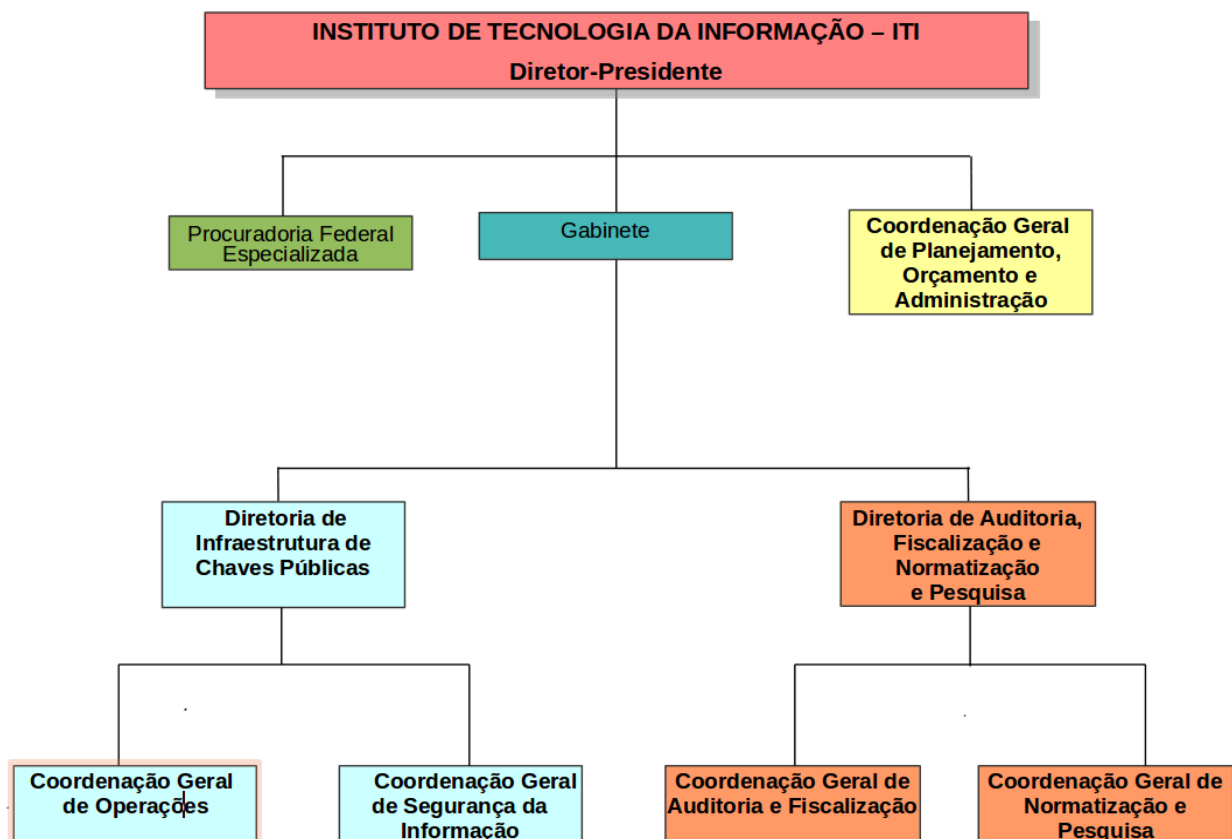
- a) Gabinete; e
- b) Procuradoria Federal Especializada.

II – órgão seccional: Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Administração;

III – órgãos específicos singulares:

- a) Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas; e
- b) Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização.

Figura 2 - Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas



## 2.4. Macroprocessos Finalísticos

As ações do ITI estão inseridas no contexto do Programa 2038 – Programa Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública, cujo objetivo é:

*1158 - “Aumentar a eficiência da ação do Estado mediante o uso integrado da tecnologia da informação e o aprimoramento da gestão, contribuindo para segurança da informação e comunicações e a segurança cibernética”.*

As responsabilidades institucionais do ITI no âmbito estratégico governamental estão consubstanciadas na Iniciativa:

*06LB - “Massificação e Aperfeiçoamento da Certificação Digital ICP – Brasil e outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital necessárias às transações eletrônicas de interesse da União, dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal e da Sociedade, mediante a garantia de pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira e de Carimbo do Tempo da ICP – Brasil”.*

Os macroprocessos finalísticos estão centrados nas seguintes ações:

**Tabela 1- A.2.4.1. Macroprocessos Finalísticos**

<b>MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS</b>		
<b>Ação Orçamentária</b>	<b>Principais Competências</b>	<b>Área Responsável</b>
4858	<i>Promoção e Disseminação do Uso da Certificação Digital – ICP – Brasil</i>	Gabinete
4912	<i>Auditoria e Fiscalização nos Prestadores de Serviços de Certificação Digital e Normatização da ICP – Brasil</i>	Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normatização e Pesquisa – DAFN
4917	<i>Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP – Brasil</i>	Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas – DINFRA

A Ação Orçamentária **4858 – Promoção e Disseminação do uso da Certificação Digital – ICP – Brasil** tem o objetivo de promover a massificação do uso da Certificação Digital ICP - Brasil e da disseminação de conhecimentos entre empresas, servidores públicos, cidadãos brasileiros e pessoal envolvido com os Prestadores de Serviço de Certificação e/ou interessados na adoção da Certificação Digital ICP - Brasil, com foco no uso, suporte técnico e emissão de certificados digitais, segundo as práticas, normas e padrões da ICP - Brasil, visando estimular a participação de universidades, instituições de ensino e iniciativa privada em pesquisa e desenvolvimento nas atividades de interesse da ICP - Brasil. As ações desenvolvidas no exercício de 2016 para cumprimento dessa missão institucional estão detalhadamente relacionadas no item 3.3.1.1. deste Relatório.

A Ação Orçamentária **4912 – Auditoria e Fiscalização nos Prestadores de Serviços de Certificação Digital e Normatização da ICP – Brasil** tem o objetivo de certificar e credenciar por meio de auditorias e fiscalizações os PSC - Prestadores de Serviços de Certificação que incluem Autoridades Certificadoras – AC, Autoridades de Registro - AR e Autoridades de Carimbo do

Tempo - ACT. A ação visa ainda realizar verificações operacionais e de conformidade dos processos, procedimentos operacionais e atividades dos Prestadores de Serviços de Certificação com as suas respectivas Declarações de Práticas de Certificação - DPC, suas Políticas de Certificação e de Segurança e demais Documentos, regulamentações e normas gerais estabelecidos para as entidades em credenciamento ou integrantes da ICP – Brasil. Cumpre ainda realizar pesquisas e propor revisão, atualização e suplementação das normas técnicas e operacionais aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP - Brasil, observados os demais aspectos jurídicos sobre a matéria, com vistas a garantir a adoção de padrões de interoperabilidade e segurança compatíveis com as normas brasileiras e internacionais. As ações desenvolvidas no exercício de 2016 para o cumprimento dos objetivos estratégicos desta ação estão descritas no item 3.3.1.2. deste Relatório.

A Ação Orçamentária **4917 – Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP – Brasil** tem o objetivo de garantir a operacionalização, manutenção e modernização do Sistema Nacional de Certificação Digital da Infraestrutura de Chaves Públicas – ICP – Brasil e da Entidade de Auditoria do Tempo, que compreende o pleno funcionamento e operação dos Centros de Certificação Digital (principal e de contingência) da Autoridade Certificadora Raiz da ICP – Brasil, bem como, investir na modernização e aperfeiçoamento constante da plataforma criptográfica (hardware - MSC e software – SGC) e de carimbo de tempo, além de outras tecnologias que garantam a privacidade, autenticidade e integridade de transações e documentos eletrônicos.

A meta da ação é garantir os serviços da Autoridade Certificadora Raiz da ICP – Brasil em regime 24h/7/365 dias/ano e disponibilidade de 99,99% e da Entidade de Auditoria do Tempo, possibilitando a realização de transações com garantia de privacidade, autenticidade e integridade e, ainda, temporalidade com uso de carimbo de tempo e possibilitando a assinatura de documentos eletrônicos de acordo com as políticas de assinatura da ICP - Brasil.

Para tanto, são adotadas ações voltadas para:

- a) a promoção do relacionamento com instituições congêneres no País e no exterior;
- b) a celebração e acompanhamento da execução de contratos, convênios, instrumentos congêneres e acordos internacionais de cooperação, no campo das atividades de infraestrutura de chaves públicas e áreas afins, ouvido o Comitê Gestor da ICP – Brasil;
- c) o estímulo à participação de universidades, instituições de ensino e iniciativa privada em pesquisa e desenvolvimento, nas atividades de interesse da área da segurança da informação e da Infraestrutura de Chaves Públicas; e
- d) o estímulo e articulação de projetos de pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico voltados à ampliação da cidadania digital, por meio da utilização de certificação e assinatura digitais ou de outras tecnologias que garantam a privacidade, autenticidade e integridade de transações e documentos eletrônicos.

Nesse sentido, o Instituto mantém Acordos de Cooperação com universidades como é o caso da Universidade Federal de Santa Catarina – USFC, que desenvolve trabalhos de pesquisa e desenvolvimento do criptossistema, além de promover estudos de pós-graduação e doutorado na área de certificação digital, gerando *expertise* na área.



As ações desenvolvidas no exercício de 2016 para o cumprimento dessa meta institucional estão detalhadamente descritas no item 3.3.1.3. deste Relatório.

**Tabela 2 - A.2.4.2. Macroprocessos Finalísticos – Titular e Período de Atuação**

<b>Áreas Estratégicas</b>	<b>Competências</b>	<b>Titular</b>	<b>Cargo</b>	<b>Período de Atuação</b>
<b>Presidência</b>	Gestão do ITI	Renato da Silveira Martini	Diretor-Presidente	06/01 a 06/12/2016
<b>Gabinete</b>	Assistência direta e imediata à Presidência	Adriana Fetter Dias da Costa	Chefe de Gabinete	01/01 a 14/03/2016 25/03 a 15/05/2016 26/05 a 24/07/2016 29/07 a 07/08/2016 18/08 a 11/12/2016
<b>Procuradoria-Geral Especializada</b>	Assistência Jurídica	André Pinto Garcia	Procurador-Chefe	01/01 a 11/01/2016 16/01 a 30/06/2016 11/07 a 01/12/2016
<b>Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Administração</b>	Gestão de Planejamento, Orçamento e Administração de todo o suporte às ações finalísticas	Liomar Santos Torres	Coordenador Geral	19/01 a 03/07/2016 19/07 a 31/12/2016
<b>Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas – DINFRA</b>	Operação, Manutenção e Modernização da ICP – Brasil	Maurício Augusto Coelho	Diretor	19/01 a 10/07/2016 26/07 a 31/12/2016
<b>Coordenação Geral de Operações</b>	Operação do Sistema Nacional de Certificação Digital	André Machado Caricatti	Coordenador Geral	01/01 a 17/01/2016 12/02 a 10/07/2016 23/07 a 09/10/2016 28/10 a 31/12/2016
<b>Coordenação Geral Segurança da Informação</b>	Gestão da Segurança da Informação do Sistema Nacional de Certificação Digital	José Rodrigues Gonçalves Júnior	Coordenador Geral	16/01 a 21/04/2016 30/04 a 15/11/2016 26/11 a 31/12/2016
<b>Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normatização e Pesquisa – DAFN</b>	Auditoria, Fiscalização das Entidades Credenciadas na ICP – Brasil e Normatização e Pesquisa voltadas à Certificação Digital	Pedro Paulo Lemos Machado	Diretor	01/01 a 29/05/2016 29/06 a 31/12/2016
<b>Coordenação Geral de Auditoria e Fiscalização</b>	Auditoria e Fiscalização das Entidades Credenciadas na ICP – Brasil	Pedro Pinheiro Cardoso	Coordenador Geral	01/01 a 10/01/2016 30/01 a 17/07/2016 29/07 a 31/12/2016
<b>Coordenação Geral de Normatização e Pesquisa</b>	Normatização e Pesquisa em Certificação Digital	Wilson Roberto Hirata	Coordenador Geral	01/01 a 02/11/2016 15/11 a 31/12/2016

### 3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

#### 3.1. Planejamento Organizacional

O Instituto desenvolveu seu Planejamento Estratégico para o período de 2015-2018 e o documento encontra-se disponível em sua página institucional no endereço: [www.iti.gov.br/institucional/politicas2](http://www.iti.gov.br/institucional/politicas2).

A metodologia adotada para desenvolvimento de Planejamento Estratégico foi o sistema gerencial denominado *Balanced Scorecard* – BSC, que permite o alinhamento de objetivos, indicadores, metas e iniciativas, facilitando a atuação coordenada de todas as áreas frente às diretrizes estratégicas.

O *Balanced Scorecard* - BSC resume em um único documento indicadores de desempenho em quatro perspectivas, que, ajustadas à realidade do ITI, seriam:

- **Orçamento (Financeira):** Destinação prioritária dos recursos orçamentários e financeiros para a realização dos objetivos e ações estratégicas;
- **Sociedade (Mercadológica):** Direcionamento das ações para atender as necessidades e expectativas dos usuários dos serviços de Certificação Digital ICP – Brasil;
- **Processos Internos:** Priorização dos processos de trabalho relevantes e sensíveis, no âmbito de uma estrutura organizacional compatível com a responsabilidade institucional, visando à melhoria constante e ao uso da melhor tecnologia para garantir a segurança de transações e documentos eletrônicos; e
- **Aprendizado e Inovação:** Promoção do desenvolvimento das pessoas, da infraestrutura de recursos, da tecnologia e do conhecimento.

O Planejamento Estratégico do ITI foi elaborado a partir de suas competências constitucionais, legais e normativas, previstas nos seguintes documentos ([www.iti.gov.br/legislacao](http://www.iti.gov.br/legislacao)):

- a) [Medida Provisória nº 2.200-2](#), de 24 de Agosto de 2001. – Institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil, e dá outras providências.
- b) [Decreto nº 3.505](#), de 13 de Junho de 2000. - Institui a Política de Segurança da Informação nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.
- c) [Decreto nº 3.872](#), de 18 de Julho de 2001. - Dispõe sobre o Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil, sua Secretaria-Executiva, sua Comissão Técnica Executiva e dá outras providências.
- d) [Decreto nº 3.996](#), de 31 de Outubro de 2001. - Dispõe sobre a prestação de serviços de certificação digital no âmbito da Administração Pública Federal.
- e) [Decreto nº 4.414](#), de 07 de Outubro de 2002. - Altera o Decreto no 3.996, de 31 de Outubro de 2001, que dispõe sobre a prestação de serviços de certificação digital no âmbito da Administração Pública Federal.
- f) [Decreto nº 4.689](#), de 07 de Maio de 2003. - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI, e dá outras providências, e
- g) [Decreto nº 6.605](#), de 14 de Outubro de 2008. - Dispõe sobre o Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - CG ICP - Brasil, sua Secretaria-Executiva e sua Comissão Técnica Executiva – COTEC.

### 3.1.1. Descrição sintética dos Objetivos do exercício

O ITI não dispõe de Programa Temático no âmbito do PPA – 2016-2019 sob sua responsabilidade. O Instituto responde por **Iniciativa - 06LB** vinculada a **Objetivo - 1158** do **Programa 2038 – Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública**, conforme quadro abaixo:

**Tabela 3 - A.3.1.1. Iniciativa**

<b>Identificação da Iniciativa – PPA 2016-2019</b>						
Iniciativa	<i>06LB - Massificação e aperfeiçoamento da Certificação Digital ICP – Brasil e outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital necessárias às transações eletrônicas de interesse da União, dos Estados e dos Municípios, do Distrito Federal e da sociedade, mediante a garantia de pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira e do Carimbo do Tempo da ICP – Brasil</i>					
Objetivo	<i>1158 - Aumentar a eficiência da ação do Estado mediante o uso integrado da tecnologia da informação e o aprimoramento da gestão, contribuindo para a segurança da informação e comunicações e a segurança cibernética.</i>					
Programa	2038 – Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.238.741	4.638.741	4.610.292	3.873.600	3.873.600	0	645.155
<b>Execução Física da Iniciativa</b>						
Descrição da meta	Unidade de Medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Massificação do uso de Certificados Digitais da ICP-Brasil	Percentual de Disponibilidade do Sistema	99,9%	99,9%	99,99%		
<b>Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores</b>						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física Metas			
Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
377.631	218.310	8.331	Percentual de Disponibilidade do Sistema	Percentual	99,99%	

A nível estratégico, para o exercício de 2016, foram definidas as seguintes *Diretrizes Estratégicas*:

- Operacionalização, Manutenção e Modernização do Sistema Nacional de Certificação Digital ICP – Brasil;*
- Auditoria e Fiscalização do Sistema Nacional de Certificação Digital da ICP – Brasil;*
- Normalização e Pesquisa em Criptografia e Segurança da Informação;*
- Prospecção e Evolução Tecnológica em Criptografia e Segurança da Informação;*
- Fomento a aplicações com uso da Certificação Digital ICP – Brasil;*
- Promoção e Disseminação do Uso da Certificação Digital – ICP – Brasil: Sensibilização e Capacitação;*
- Macroprocessos de Apoio e Reestruturação Organizacional;*
- Reestruturação Orçamentária;*
- Monitoramento de Projetos de Lei que disciplinem o uso de assinaturas eletrônicas*

e a prestação de serviços de certificação digital de interesse da ICP – Brasil.

### 3.1.2. Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

As Diretrizes Estratégicas encontram-se desmembradas em objetivos específicos e que constam relacionados na página institucional do ITI: [www.iti.gov.br/institucional/politicas2](http://www.iti.gov.br/institucional/politicas2). A limitação orçamentária imposta ao Instituto prejudicou o desempenho em várias frentes, conforme explicitado no Acompanhamento do Planejamento Estratégico – 2016, Anexo 7 deste documento.

No âmbito orçamentário, o Instituto conta com as seguintes ações finalísticas:

**Tabela 4 - A.3.1.2. Macroprocessos Finalísticos – Ações Orçamentárias**

<b>MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS</b>	
<b>Ação Orçamentária</b>	<b>Principais Competências</b>
4858	<i>Promoção e Disseminação do Uso da Certificação Digital – ICP – Brasil</i>
4912	<i>Auditoria e Fiscalização nos Prestadores de Serviços de Certificação Digital e Normatização da ICP – Brasil</i>
4917	<i>Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP – Brasil</i>

As ações orçamentárias para Gestão da Unidade estão inseridas na programática 2101 – Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República – Ações 2000 – Administração da Unidade.

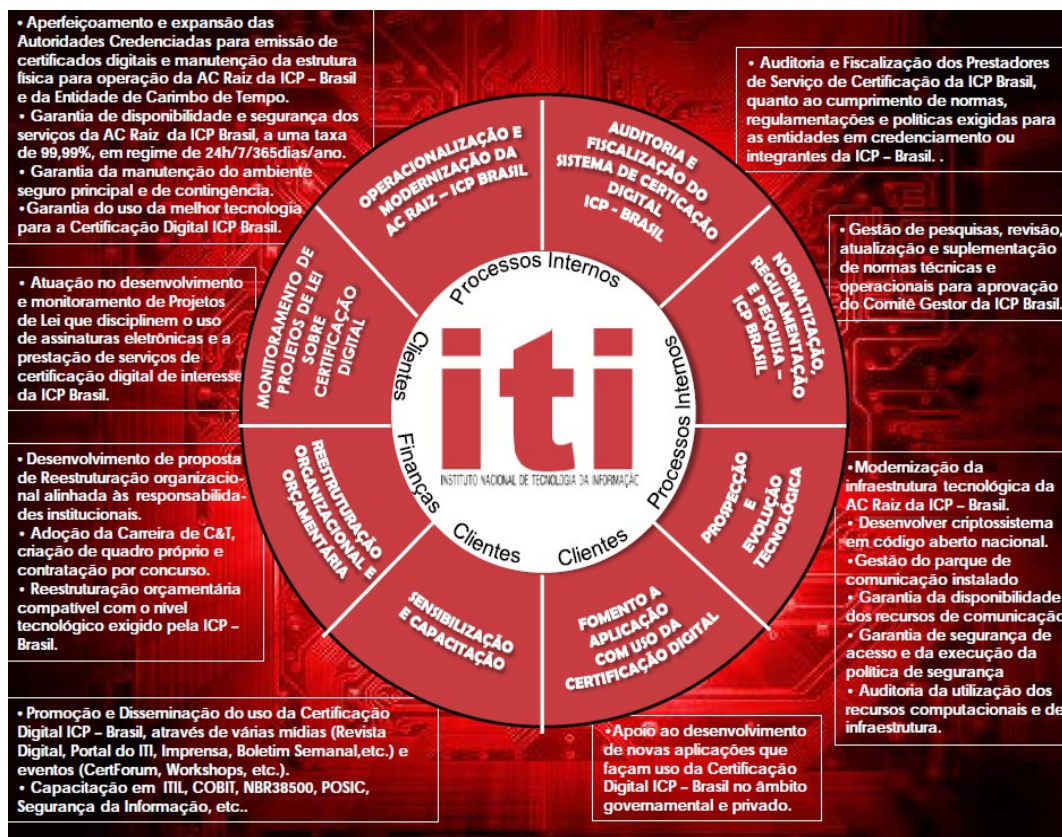
Sob o ponto de vista das despesas obrigatórias, o Instituto dispõe das seguintes ações:

- 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
- 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes
- 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares
- 2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares
- 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares
- 2016H – Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio Moradia a Agentes Públicos
- 20CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos
- 00H1 – Pagamento de Pessoal Ativo da União.

### 3.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

O **Mapa Estratégico da Unidade** evidencia as principais ações desenvolvidas em cada eixo para o cumprimento da missão institucional.

Figura 3- Mapa Estratégico do ITI



### 3.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

O ITI se vale do sistema SIOP para monitorar a execução e os resultados de suas ações, além disso, dispõe de um controle muito rigoroso de todas as despesas, com vista à gestão orçamentária. Por outro lado, também estabeleceu Indicadores de Desempenho para aferir os Resultados da Gestão, cujos parâmetros constam de item específico deste Relatório.

### 3.3. Desempenho Orçamentário

#### 3.3.1. Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade

##### 3.3.1.1. Ação 10.20204.04.125.2038.4858

Tabela 5 - A.3.3.1.1. Ação 10.20204.04.125.2038.4858

Ação 10.20204.04.125.2038.4858						
<b>Código</b>	10.20204.04.128.2038.4858		<b>Tipo: Atividade</b>			
<b>Título</b>	Promoção e Disseminação do Uso da Certificação Digital ICP – Brasil					
<b>Iniciativa</b>	06LB - Massificação e aperfeiçoamento da Certificação Digital ICP – Brasil e outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital necessárias às transações eletrônicas de interesse da União, dos Estados e dos Municípios, do Distrito Federal e da sociedade, mediante a garantia de pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira e do Carimbo do Tempo da ICP – Brasil					
<b>Objetivo</b>	1158 - Aumentar a eficiência da ação do Estado mediante o uso integrado da tecnologia da informação e o aprimoramento da gestão, contribuindo para a segurança da informação e comunicações e a segurança cibernética.					
<b>Programa</b>	2038 – Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública					
<b>Unidade Responsável</b>	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI					
<b>Ação Prioritária</b>	(X) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária de 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
100.000	100.000	79.585	23.174	23.174	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
Eventos voltados à Divulgação do Uso da Certificação Digital ICP – Brasil		Unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado	
		5	5	5	5	
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1º. de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0	0	0	0	0	0	

#### Análise Situacional

A promoção e disseminação do uso da certificação digital ICP - Brasil compreendeu as seguintes atividades:

##### 1. Boletins Digitais e Revista Digital

A Assessoria de Comunicação – ASCOM, área responsável pela interlocução entre a Instituição e o cidadão, publicou no exercício de 2016 no site do ITI 42 (quarenta e dois) Boletins Digitais e 193 notícias sobre Certificação Digital. A drástica redução da LOA em 2016 inviabilizou a produção da Revista Digital.

##### 2. Atualizações das Redes Sociais

O Instituto possui contas atualizadas diariamente no Facebook, no Twitter, Youtube e

*Instagram*. As atividades apresentaram os seguintes resultados: Interação diária no *Facebook* e *Twitter*, 3.922 curtidas no *Facebook*, realização de 6 (seis) *lives* no *Facebook*, 1.051 seguidores no *Twitter*, 542 inscritos no *Youtube* e 10 novos vídeos e 152 seguidores no *Instagram*.

### **3. Atendimento via e-mails**

A Assessoria de Comunicação do ITI, durante todo o ano de 2016, respondeu e-mails encaminhados para a conta Comunicação ([comunicacao@iti.gov.br](mailto:comunicacao@iti.gov.br)), sobre demandas de assessorias de comunicação, jornalistas e dúvidas gerais, e para a conta Contatos, que recebe dúvidas de usuários de certificados digitais ICP - Brasil.

### **4. CertFórum – Fórum de Certificação Digital**

Foi realizado no período de 23 a 25/08/2016 em Brasília o 14º CertForum – Fórum de Certificação Digital. O evento teve por finalidade discutir os usos e benefícios da certificação digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas – ICP – Brasil. Foram destaques no evento:

- a) Lançamento do e-book “Curso de Direito da Certificação Digital – ICP – Brasil”, de autoria do Procurador Federal Chefe do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI, Dr. André Garcia;
- b) Usos do Certificado Digital nas aplicações do Governo: e-social e o projeto de identificação com biometria facial nos aeroportos brasileiros (RFB - Receita Federal do Brasil), Portal Empresa Simples (Sec. Especial da Micro e Pequena Empresa);
- c) Benefícios da Certificação Digital para Contadores;
- d) Biometria na ICP – Brasil;
- e) Credenciamento de Prestador de Serviço Biométrico – PSBio da ICP – Brasil – CertiBio;
- f) Desenvolvimento e uso do prontuário eletrônico da Rede Amil;
- g) A Assinatura Digital e seus efeitos jurídicos;
- h) O uso do Certificado Digital e seus efeitos jurídicos;
- i) O uso do Certificado Digital como instrumento de trabalho do advogado; e
- j) O Processo Judicial Eletrônico – PJ-e, versão 2, que possibilita o peticionamento em meios móveis.

Em 05/10/2016, o Fórum de Certificação Digital também foi realizado em Porto Alegre/RS com destaque para as seguintes palestras:

- a) Representante do BANRISUL explicou como funciona a emissão de certificados ICP - Brasil no BANRISUL e deu destaque à capilaridade da rede de emissão de certificados em todo o estado gaúcho;
- b) Representante da Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – PROCERGS tratou sobre a adesão do Rio Grande do Sul à certificação digital e sobre o desenvolvimento de sistemas para a administração pública local com o intuito de tornar os processos mais ágeis, seguros e menos burocráticos;
- c) O Presidente da Junta Comercial do estado do Rio Grande do Sul abordou a implantação da Junta Digital Estado; e
- d) Representante da Divisão de tecnologia da Informação do Instituto-Geral de Perícias do Rio Grande do Sul – IGP/RS mostrou como a certificação digital melhorou a produção de laudos periciais na Instituição.

### **5. Participação em Eventos voltados à Segurança da Informação**

No intuito de divulgar e popularizar os benefícios da Certificação Digital, o ITI participou da quarta edição do Seminário Nacional de Certificação Digital, nos dias 15 e 16 de junho/2016, em São Paulo, paralelamente à 21ª. *Cards Payment & Identification*, maior feira de tecnologia para o

setor de cartões, meios eletrônicos de pagamento, identificação e certificação digital da América Latina. No evento foram abordados os seguintes temas:

- a) Os benefícios do Prontuário Eletrônico do Paciente – PEP;
- b) Desmaterialização de Processos na Administração Pública Paulista, cases de contratos de câmbio assinados com certificado digital ICP – Brasil; e
- c) Palestra sobre o projeto “100% Digital” do TJSP e apresentação do software “Blue Crystal” que permite a realização de assinaturas no padrão ICP – Brasil.

O Instituto também esteve presente nos seguintes eventos:

- a) IV Encontro Nacional dos Presidentes, Executivos, Comerciais e Gestores das Autoridades de Registro da Rede AC CACB de Certificação Digital;
- b) Fórum *Security Leaders*, em 17/03/2016, Brasília – DF;
- c) Debate sobre Sistema Biométrico da ICP – Brasil, com participação de ACs públicas e privadas, realizado no ITI, em 16/03/2016;
- d) ENAJ 2016 – Encontro Nacional de Juntas Comerciais, onde foi proferida a palestra “Aspectos da utilização da certificação digital” durante o painel “A padronização da adoção da certificação digital nos atos empresariais”, dia 14/04/2016 em Ouro Preto-MG;
- e) Debate sobre Biometria e Certificação Digital, realizado no dia 03/05/2016 com participação do ITI e da Certisign/Certibio;
- f) Congresso “Advocacia na era digital”, realizado no dia 22/11/2016, no Rio de Janeiro, promovido pela Diretoria de Inclusão Digital e a Comissão de Direito e Tecnologia da Informação – CDTI da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Rio de Janeiro – OAB/RJ.



**3.3.1.2. Ação 10.20204.04.125.2038.4912**
**Tabela 6 - A.3.3.1.2.1. Ação 10.20204.04.125.2038.4912**

Ação 10.20204.04.125.2038.4912						
<b>Código</b>	10.20204.04.125.2038.4912		<b>Tipo: Atividade</b>			
<b>Título</b>	Auditoria e Fiscalização nos Prestadores de Serviço de Certificação Digital e Normatização da ICP – Brasil					
<b>Iniciativa</b>	06LB - Massificação e aperfeiçoamento da Certificação Digital ICP – Brasil e outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital necessárias às transações eletrônicas de interesse da União, dos Estados e dos Municípios, do Distrito Federal e da sociedade, mediante a garantia de pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira e do Carimbo do Tempo da ICP – Brasil					
<b>Objetivo</b>	1158 - Aumentar a eficiência da ação do Estado mediante o uso integrado da tecnologia da informação e o aprimoramento da gestão, contribuindo para a segurança da informação e comunicações e a segurança cibernética.					
<b>Programa</b>	2038 – Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública					
<b>Unidade Responsável</b>	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI					
<b>Ação Prioritária</b>	( X ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
300.000	300.000	298.511	193.412	193.412	0	270.666
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
Auditoria/Fiscalização realizada		Unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado	
		<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>186</b>	
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1º. de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
275.164	119.676	4.498	Relatórios	100	186	

**Análise Crítica**
**Auditoria e Fiscalização das Entidades Prestadoras de Serviços de Certificação**

As atividades de Auditoria e Fiscalização dos Provedores dos Serviços de Certificação Digital tem por objetivo verificar o cumprimento das políticas, diretrizes e normas definidas pelo Comitê Gestor da ICP - Brasil (CG/ICP-Brasil). Essas ações são divididas em: Auditorias Pré-operacionais e Operacionais, Fiscalizações e Análise, Avaliação de aprovação de relatórios de auditorias realizadas por terceiros, que juntas proporcionam a elevação dos níveis de qualidade e dos níveis de segurança nas operações eletrônicas e processos manuais, através da verificação dos procedimentos operacionais e tecnológicos adotados pelos PSC's.

**Descrição de Objetivos e Metas**

Para o exercício de 2016 foram estabelecidas as seguintes metas de auditorias e fiscalizações nos Prestadores de Serviço de Certificação – PSC, com o objetivo de transmitir confiança à comunidade de usuários dos serviços de Certificação Digital no Brasil:

**Tabela 7 - A.3.3.1.2.1.1. Objetivos e Metas - 2016**

<b>TIPO DE ATIVIDADE(A)</b>	<b>PREVISTO(B)</b>	<b>REALIZADO(C)</b>	<b>(C/B)</b>
Auditoria Operacional em AC 1º Nível	13	06	46%
Auditoria Pré-operacional em AC	04	04	100%
Auditoria Pré-operacional de PSBio	02	02	100%
Fiscalizações em AC	04	04	100%
Fiscalizações em AR	20	10	50%
Análise de Credenciamento de AR	54	162	300%
Credenciamento de Empresas de Auditoria	03	04	133%
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>192</b>	<b>192%</b>

As auditorias pré-operacionais em AC de 1º nível, AC de 2º nível, AR e ACT são realizadas sob demanda, conforme são solicitados os credenciamentos desses PSC na ICP - Brasil, já as auditorias operacionais anuais em AC de 1º nível são agendadas anualmente e revisadas trimestralmente e as fiscalizações realizadas a qualquer tempo.

O crescimento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil em 2016 foi o seguinte:

**Tabela 8 - A.3.3.1.2.1.2. Evolução da ICP – Brasil**
**Evolução da ICP – Brasil**
**Quantidade de Certificados Emitidos – Janeiro a Dezembro/2016**

<b>Mês Referência</b>	<b>Qtde Total Certificados Emitidos</b>
Janeiro	220.835
Fevereiro	243.364
Março	297.210
Abril	255.631
Maiο	314.354
Junho	300.535
Julho	299.666
Agosto	282.085
Setembro	254.054
Outubro	251.675
Novembro	262.022
Dezembro	245.021
<b>TOTAL</b>	<b>3.226.452</b>

Fonte: ITI Dezembro/2016

Tabela 9 - A.3.3.1.2.1.3. Credenciadas na ICP - Brasil

## Entidades Credenciadas na ICP – Brasil

ENTIDADES CREDENCIADAS	2015	2016	CRESCIMENTO %
Autoridades Certificadoras 1º e 2ºNível	69	72	4%
Autoridade de Registro-AR - CNPJ	467	565	21%
Instalações Técnicas Físicas	1.623	1.961	21%
<b>Total</b>	<b>2.159</b>	<b>2.598</b>	<b>20%</b>

Fonte: ITI – Jan/2017

**Normalização e Pesquisa**

A Coordenação-Geral de Normalização e Pesquisa (CGNP) vem realizando trabalhos de revisão, manutenção e proposição de normas técnicas e operacionais relacionadas à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP - Brasil). Neste sentido, vem constantemente estudando e acompanhando os padrões, regulamentos, recomendações e especificações internacionais relacionadas à ICP – Brasil.

Em 2016, não houve reunião do Comitê Gestor da ICP – Brasil, portanto, não houve publicação de resolução, que são exclusivas para as deliberações do referido Comitê.

Neste mesmo período, foram aprovadas pelo Secretário Executivo do Comitê Gestor da ICP - Brasil e publicadas sob responsabilidade da CGNP 17 (dezessete) Instruções Normativas. Estas normas são elaboradas e/ou atualizadas pela CGNP. Segue a relação dessas Ins:

- ✓ IN nº 01-2016, de 31 de março de 2016 - Altera requisitos de segurança para PSBIO, procedimento para identificação do requerente e comunicação de irregularidades no processo de emissão de um certificado digital ICP – BRASIL.
- ✓ IN nº 02-2016, de 31 de março de 2016 - Aprova versão 3.1 do documento atribuição de OID da ICP - BRASIL (DOC-ICP-04.01).
- ✓ IN Nº 03-2016, de 01 de junho de 2016 - Aprova a versão 7.1 do documento requisitos das políticas de assinatura digital na ICP - BRASIL (DOC-ICP-15.03) e a versão 3.1 do documento perfil de uso geral para assinaturas digitais na ICP - BRASIL (DOC-ICP-15.02).
- ✓ IN Nº 04-2016, de 07 de junho de 2016 - Altera os parâmetros mínimos para coleta das biometrias no processo de emissão de um certificado digital ICP – BRASIL.
- ✓ IN nº 05-2016, de 15 de julho de 2016 - Institui o fluxo simplificado de comunicação - FSC no âmbito da ICP - BRASIL, e dá outras providências.
- ✓ IN nº 06-2016, de 15 de julho de 2016 - Aprova a versão 7.2 do documento requisitos das políticas de assinatura digital na ICP - BRASIL (DOC-ICP-15.03).
- ✓ IN nº 07-2016, de 15 de julho de 2016 - Cria a versão 1.0 do documento requisitos adicionais para aderência aos programas de raízes confiáveis dos fornecedores de navegadores de internet (DOC-ICP-01.02).
- ✓ IN nº 08-2016, de 10 de agosto de 2016 - Institui o cadastro nacional de nomenclaturas – CNN/ICP - de observância obrigatória para todas as entidades integrantes da ICP – Brasil.
- ✓ IN nº 09-2016, de 13 de setembro de 2016 - Complementa informações para a geração do IDN.

- ✓ IN nº 10-2016, de 16 de setembro de 2016 - Aprova a versão 3.2 do documento atribuição de OID da ICP - Brasil (DOC-ICP-04.01).
- ✓ IN nº 11-2016, de 13 de outubro de 2016 - Aprova a versão 1.1 do documento perfil de uso geral e requisitos para geração e verificação de certificados de atributo na ICP - Brasil (DOC-16.01).
- ✓ IN nº 12-2016, de 03 de novembro de 2016 - Estabelece Critérios Operacionais à Instrução Normativa nº 07, de 15 de julho de 2016, que cria a Versão 1.0 do Documento Requisitos Adicionais para Aderência aos Programas de Raízes Confiáveis dos Fornecedores de Navegadores de Internet (DOC-ICP-01.02).
- ✓ IN nº 13-2016, de 21 de novembro de 2016 - Aprova a versão 2.0 do documento procedimentos para gerenciamento da chave simétrica para geração do IDN (DOC-05.04).
- ✓ IN nº 14-2016, de 28 de novembro de 2016 - Regulamenta o envio de certificados digitais, seus arquivos biométricos e revoga a instrução normativa nº 06, de 25 de maio de 2012.
- ✓ IN nº 15-2016, de 28 de novembro de 2016 - Regulamenta o envio de informações sobre o processo de validação fora do ambiente físico da AR.
- ✓ IN nº 16-2016, de 28 de novembro de 2016 - Regulamenta o cadastramento dos agentes de registro, o envio de informações ao ITI e o uso da biometria para as transações nas soluções de certificação digital.
- ✓ IN nº 17-2016, de 23 de dezembro de 2016 - Altera parâmetro em coleta biométrica, esclarece codificação de município e UF e alonga prazo para início de procedimento definido no parágrafo 2º do artigo 1º da IN nº 14. Anexo 4 da IN nº 14-2016.

Além disso, conforme disposto no Art. 8º do Decreto 4.689 de 7 de maio de 2003, é atribuição da DAFN a definição dos diversos *Object Identifier – OID*. Em 2016, foram criados 182 (cento e oitenta e dois) novos OID, distribuídos em 8 (oito) novos pedidos de credenciamento de ACs ou ACTs, 38 (trinta e oito) pedidos de adequação de credenciamento de AC, 1 (um) pedido de PC A CF-e-SAT, 16 (dezesesseis) novas políticas de assinatura e 2 (dois) novos arcos, sendo 1 (um) para extensão de políticas PAdES e 1 (um) para atributos de Carteira de Identificação Estudantil. A publicação dos OID é efetuada por meio do Adendo ADE-ICP-04.01, que se encontra em sua versão 4.3, até o mês de setembro 2016, disponibilizado no sítio do ITI.

Ainda no sítio do ITI foram disponibilizados as seguintes publicações que tem como objetivo principal a transparência e esclarecimentos à sociedade e entidades envolvidas sobre o padrão brasileiro de assinatura digital na ICP – Brasil:

- **Nota Técnica nº 001/2016** - Esclarecimento sobre as novas versões de Políticas de Assinatura e atualizações nas Listas de Políticas de Assinatura Aprovadas no âmbito da ICP – Brasil;
- **Nota Técnica nº 002/2016** - Esclarecimento sobre correções nas Políticas de Assinatura PAdES de Referências Completa (AD-RC) e de Arquivamento (AD-RA) e atualização na Lista de Políticas de Assinatura Aprovadas (LPA);
- **Nota Técnica nº 003/2016** - Esclarecimento sobre alterações nas Políticas de Assinatura e sobre as atualizações nas Listas de Políticas de Assinatura Aprovadas no âmbito da ICP – Brasil;
- **Nota Técnica nº 004/2016** - Esclarecimento sobre o adiamento da revogação das políticas de assinatura que estava prevista para 28/11/2016.

## Outras Demandas no âmbito da Normatização e Pesquisa

Por determinação do Comitê Gestor da ICP - Brasil, a CGNP compõe e coordena os seguintes Grupos Técnicos de Trabalho (GT):

- GT Revisão dos MCT – Manuais de Conduta Técnica – Em andamento;
- GT PAdES – Desenvolvimento Plug-in PAdES - Concluído;
- GT Permanente PBAD – Em andamento;
- GT Assinatura Remota e Portais de Assinatura – Suspensos temporariamente.

O GT Revisão dos Manuais de Conduta Técnica - MCTs foi criado para realizar a atualização dos manuais de conduta técnica relacionados com equipamentos de certificação digital, cuja homologação é obrigatória no âmbito da ICP - Brasil. Participam desse GT os seguintes órgãos: ITI, LSITEC, NCC e INMETRO. No segundo semestre de 2016, o grupo concluiu e disponibilizou a versão revisada do MCT 7, volumes I e II, que trata dos requisitos relacionados ao processo de homologação dos equipamentos Módulos de Segurança Criptográficos, conforme detalhamento abaixo:

- MCT-7 V.I – Versão 2.0 – Requisitos materiais e documentos técnicos para homologação de módulo de segurança criptográfico (MSC) no âmbito da ICP – Brasil;
- MCT-7 V.II – Versão 2.0 – Procedimentos de ensaios para avaliação de conformidade aos requisitos técnicos de módulos de segurança criptográfico (MSC) no âmbito da ICP – Brasil.

No âmbito do GT PAdES, em 2015 foi instrumentalizado um Termo de Execução Descentralizada entre o ITI e a FUB - Universidade de Brasília para desenvolvimento do Plug-in PAdES, com encerramento previsto para a ano de 2016. O objetivo do Plug-in é de possibilitar a verificação de assinaturas digitais padrão PAdES ICP - Brasil pelos aplicativos leitores de arquivos no formato PDF. O Plug-in foi entregue e homologado em setembro de 2016, restando pendentes os trâmites administrativos do processo e a correção da Adobe em relação à adequada invocação do Plug-in PAdES.

O GT permanente de revisão do Padrão Brasileiro de Assinaturas Digitais - PBAD manteve suas atividades durante o ano de 2016, promovendo correções e atualizações nas respectivas normas da ICP - Brasil. O grupo auxiliou no desenvolvimento e atualização das políticas de assinatura PAdES, em sua versão em código de máquina e na atualização/correção das políticas de assinatura para o perfil CADES e XAdES. Essas novas políticas de assinatura elaboradas e publicadas totalizaram 16 (dezesseis), conforme se segue:

- CADES 2.2 – AD-RB, AD-RT, AD-RV, AD-RC e 2.3 – AD-RA
- XAdES 2.3 – AD-RB, AD-RT, AD-RV, AD-RC, AD-RA
- PAdES 1.0 – AD-RB, AD-RT, AD-RC, AD-RA
- PAdES 1.1 – AD-RC e AD-RA

Ainda sob demanda do CG ICP - Brasil, foram criados os GTs de Assinatura Remota e Portais de Assinatura, suspensos em maio/2016 em decorrência das mudanças organizacionais.

Em relação às gerações das Listas de Políticas de Assinatura Aprovadas (LPA), seja por versionamento para correção, atualização ou revalidação (LPAs vencem a cada noventa dias), a CGNP atuou na criação e atualização dessas LPAs, disponibilizando-as no repositório da AC Raiz. Em junho de 2016 foram disponibilizadas novas versões para as Políticas CAdES e XAdES e as primeiras versões das Políticas PAdES conforme descrito nos parágrafos acima. Estas LPA foram distribuídas em 3 (três) formatos sejam: LPA\_CAdES, LPA\_XAdES e LPA\_PadES.

Em relação ao atendimento da meta, de 90% das demandas por normas e pesquisas, conforme Portaria nº 01/2015, foram realizados no ano de 2016:

- ✓ *Revisão normativa: 97%;*
- ✓ *Consolidação do conjunto normativo dos MCT para atender ao novo processo de homologação via SBAC/INMETRO (2016) : 100%;*
- ✓ *Definições dos diversos OID: 100%;*
- ✓ *Emissão e gerenciamento de PAs e LPA: 100%.*

Os dados evidenciam que o atendimento de 97% (noventa e sete pontos percentuais) das demandas por normas e pesquisas, previstos para 2016.

**3.3.1.3. Ação 10.20204.04.125.2038.4917**
**Tabela 10 - A.3.3.1.3. Ação 10.20204.04.125.2038.4917**

Ação 10.20204.04.125.2038.4917						
<b>Código</b>	10.20204.04.125.2038.4917		<b>Tipo: Atividade</b>			
<b>Título</b>	Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP – Brasil					
<b>Iniciativa</b>	06LB - Massificação e aperfeiçoamento da Certificação Digital ICP – Brasil e outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital necessárias às transações eletrônicas de interesse da União, dos Estados e dos Municípios, do Distrito Federal e da sociedade, mediante a garantia de pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira e do Carimbo do Tempo da ICP – Brasil					
<b>Objetivo</b>	1158 - Aumentar a eficiência da ação do Estado mediante o uso integrado da tecnologia da informação e o aprimoramento da gestão, contribuindo para a segurança da informação e comunicações e a segurança cibernética.					
<b>Programa</b>	2038 – Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública					
<b>Unidade Responsável</b>	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI					
<b>Ação Prioritária</b>	( X ) Sim ( ) Não		Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.838.741	4.238.741	4.232.196	3.657.014	3.657.014	0	374.489
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
Serviço mantido – Percentual de disponibilidade do sistema		Percentual	Previsto	Reprogramado	Realizado	
		99	99	99	99	
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1º. de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
102.467	98.634	3.833	Disponibilidade do Sistema	99,99%	99,99%	

**Análise Crítica**

O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI tem como missão a operacionalização, manutenção e modernização da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil, de forma a garantir o pleno funcionamento do Sistema Nacional de Certificação Digital 24hs por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano, com previsão de parada de apenas 52 minutos/ano. Além de garantir a adoção de tecnologias atualizadas, seguras e modernas, que garantam a privacidade, a autenticidade e a integridade de transações e documentos eletrônicos.

Trata-se de ação nevrálgica cujo objetivo é garantir o pleno funcionamento do Sistema Nacional de Certificação Digital que requer atuação em diversas frentes:

**Funcionamento da Autoridade Certificadora Raiz da ICP – Brasil – Ambiente Seguro Principal e de Contingência**

No exercício de 2016, o ITI cumpriu fielmente seu objetivo de garantir o pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira, assentada em sua disponibilidade de

99,99%, e investiu no desenvolvimento e implantação de novas tecnologias com vistas a garantir a segurança jurídica das transações e documentos eletrônicos realizados com o uso do Certificado Digital ICP – Brasil.

Para garantir a disponibilidade de 99,99% e pleno funcionamento da AC Raiz, são mantidos 2 (dois) Centros de Certificação Digital – CCD, sendo um em Brasília/DF (ambiente seguro principal), nas instalações da Presidência da República, e outro em Florianópolis/SC, na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Ambos os CCD são compostos de sistemas redundantes e autônomos, compostos dos seguintes subsistemas:

- Subsistema de Alimentação Elétrica;
- Subsistema de Climatização;
- Subsistema de Detecção e Combate a Incêndio;
- Subsistema de Supervisão e Controle;
- Subsistema de Controle de Acesso e Vigilância.

Em virtude da alta disponibilidade exigida pelas normas da ICP - Brasil (99,99%) é necessário manter contrato com empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva dos subsistemas descritos acima, que são monitorados em regime 24x7 por equipe especializada. Além disso, faz-se necessário e são mantidos contratos para prestação de serviço de provimento dos meios físicos e lógicos para acesso à Internet.

No ambiente seguro principal da AC Raiz, são mantidas duas infraestruturas de rede e internet completamente independentes entre si e também independentes daquela do ambiente seguro de contingência com administração e gerenciamento realizados pelos técnicos do próprio ITI. Em tal ambiente, são mantidos a Entidade de Auditoria do Tempo – EAT, os repositórios da AC Raiz – parte online disponível para acesso através da Internet – onde são disponibilizados os certificados emitidos, as Listas de Certificados Revogados (LCR) e políticas de assinaturas. Essas informações são disponibilizadas nos dois sítios de Internet no CCD de Brasília/DF e, ainda, em um terceiro em Florianópolis/SC (contingência).

A fim de atender à disponibilidade prevista nos normativos, os serviços são disponibilizados em servidores redundantes que respondem pelo mesmo domínio “acraiz.icpbrasil.gov.br”, em 03 (três) infraestruturas distintas, conforme descrito acima, de forma que somente haverá indisponibilidade quando todos os servidores/informação estiverem simultaneamente indisponíveis. Havendo a indisponibilidade de alguma infraestrutura, o serviço sofrerá degradação no acesso proporcional ao número de servidores/informação indisponíveis, porém o conteúdo manter-se-á acessível.

No exercício de 2016 foi possível garantir a disponibilidade do Sistema de Certificação Digital e da Entidade de Carimbo do Tempo – ECT da ICP - Brasil, na taxa mínima de 99,99% prevista, conforme exige a legislação vigente.

Para tanto, foi contratada empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva dos subsistemas do ambiente seguro principal, assim como foram contratados os meios físicos e lógicos para acesso à Internet. Foi também mantido o Acordo de Cooperação (TC nº 01/2013) com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC para operação e manutenção do ambiente seguro de contingência da AC Raiz da ICP - Brasil e foram contratados os meios físicos e lógicos para



acesso à Internet para ambos os ambientes.

### **Manutenção da Estrutura Física para operação da AC Raiz da ICP – Brasil e da Entidade de Carimbo do Tempo**

No exercício de 2016 foram tomadas as seguintes providências para a plena e segura operação da Autoridade Certificadora Raiz da ICP – Brasil:

- a) Criação da Autoridade Certificadora-Raiz na Cadeia v5 – RSA – 4096 bits;
- b) Alteração do intervalo de emissão da Lista de Certificados Revogados na Cadeia v3. Intervalo este com data limite até expiração da referida Autoridade Certificadora Raiz – Cadeia v3;
- c) Assinatura de Certificados Digitais da AC-Serasa ACP, AC Serpro, AC Certisign, AC Justiça, AC RFB e AC Valid, ambas de Primeiro Nível – na Cadeia v5;
- d) Aperfeiçoamento do Sistema de Gerenciamento de Certificado Digital – SCG Ywapa (Simétrico) – Objetivo: atender o Sistema Biométrico da ICP - Brasil;
- e) Execução do Plano de Teste de Versões referentes ao SGC Ywapa – Simétrico;
- f) Solicitação à Contratada – Kryptus - para alterar o firmware do Módulo Criptográfico para assinatura de Chaves Simétricas;
- g) Elaboração dos seguintes Planos de Testes: Sistema de Gerenciamento de Certificados – SGC Ywapa e Módulo Criptográfico – ASI HSM;
- h) Implementação do Ambiente de Teste da ICP-Brasil – Cadeia v5 no laboratório da CGO/DINFRA;
- i) Emissão da Lista de Certificados Revogados – LCRs;
- j) Condução do Grupo de Trabalho – GT 2 - Tema: Novos Algoritmos – Curvas Elípticas, Resumos Criptográficos – HASH e Plataforma Criptográfica – Middleware.
- k) Atualização do Repositório – keystore para o sistema SAF – Sistema Antifraude;
- l) Organização dos dados das ACs que solicitam acesso ao protocolo SFTP(*SSH File Transfer Protocol*) – AC-ITI. Projeto este em que as ACs encaminham indicadores de emissão de certificados, biometrias, agentes de registros e processos de validação externas ao ITI. Uma vez recebidas as informações, a CGO encaminha à CGSI para cadastro.

### **Infraestrutura para operação da Entidade de Carimbo do Tempo**

No exercício de 2016 foi mantida a disponibilidade de 99,5% do Sistema de carimbo do tempo. No período também foi mantida a contratação de suporte, manutenção preventiva e corretiva para os sistemas e equipamentos da BRY e THALES.

Outras melhorias foram implementadas, tais como:

- a) Instalação e configuração do sistema monitor de rastreabilidade;
- b) Instalação de antena e receptor GPS nos ambientes de produção e contingência;
- c) Instalação e configuração do oscilador de césio, equipamento este como fonte primária de tempo; e
- d) Instalação e configuração de dois servidores de Auditoria do Tempo, um da BRY (SAS) e um da Thales (TSMC).

O Instituto envidou esforços para garantir a segurança do Sistema Nacional de Certificação Digital, para tanto investiu nas seguintes evoluções tecnológicas:

## **Modernização dos subsistemas do ambiente seguro do ITI**

No ano de 2016 não foi possível dar continuidade ao processo de modernização dos subsistemas do ambiente seguro da AC Raiz. Ainda que existam equipamentos próximos de entrarem em processo de obsolescência tecnológica, a empresa prestadora do serviço de manutenção preventiva e corretiva do ambiente seguro tem ainda conseguido realizar a substituição das peças necessárias dentro do nível de serviço exigido em contrato.

Assim, em virtude do contingenciamento imposto ao limite de movimentação e empenho não foi possível promover as adequações tecnológicas necessárias ao ambiente seguro da AC Raiz, bem como não foi possível a instalação de NOC (centro de operação) em nível 3 de segurança, conforme previsto nos normativos da ICP - Brasil, na Sede do ITI compatibilizado com a sala cofre (ambiente seguro principal).

Vale ressaltar, que é premente a necessidade de implantação do nível 3 de segurança na Sede do ITI, de forma que o ambiente de segurança da DINFRA esteja compatibilizado com a Sala Cofre a fim de agilizar as operações da AC Raiz e minimizar as necessidades de deslocamentos para acesso físico ao ambiente seguro, uma vez que a atual estrutura exige que determinadas atividades operacionais sejam executadas apenas na sala cofre.

## **Modernização da infraestrutura tecnológica da AC Raiz da ICP – Brasileira**

Com relação à atualização dos equipamentos da infraestrutura de armazenamento da rede SAN (*Storage Area Network*) da AC Raiz para o ambiente principal e de contingência, que se encontram em final do ciclo de vida, não foi possível a aquisição de nova solução de armazenamento de dados (*Storages*), porém foi assinado novo contrato de manutenção preventiva e corretiva e a empresa vem conseguindo manter o nível de serviço exigido no contrato.

Assim, em virtude do contingenciamento imposto ao limite de movimentação e empenho ainda não foi possível a aquisição de nova solução de armazenamento, bem como realizar a ampliação da infraestrutura de segurança e capacidade de balanceamento de enlaces de dados, ainda que a demanda para tais serviços tenha aumentado exponencialmente no exercício de 2016, ou, ainda, realizar a aquisição de ferramentas de análise de mídias e sistemas e solução corporativa de virtualização, bem como a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos servidores e robôs de *backup* (fitotecas), ainda que tenham sido incluídas no PDTI.

## **Aprimoramento dos Mecanismos de Emissão de Certificados Digitais – IPC – Brasil: Sistema Antifraude e Biometria**

Em setembro de 2015, o Comitê Gestor da ICP – Brasil aprovou o uso de sistema biométrico para a emissão de um certificado digital da ICP – Brasil, como forma de evitar as fraudes e tornar o sistema ainda mais confiável. Até sua implementação em 13/11/2016, o TI investiu no desenvolvimento de um sistema biométrico que respeitasse rigorosamente os princípios da ICP – Brasil: segurança, confiabilidade, interoperabilidade e autonomia das Autoridades Certificadoras.

O Sistema Biométrico veio agregar mais segurança, permanecendo todo o arcabouço tecnológico e social das demais averiguações impostas em normativos. Trata-se de uma das maiores implementações de segurança para a confirmação de identidades no Brasil.

O Sistema Antifraude – Lista Negativa da ICP – Brasil passou a ser obrigatório. A lista contém um conjunto de informações prestadas pelas Autoridades Certificadoras – ACs sobre tentativas de fraudes na emissão de certificados digitais. Esse conjunto inclui dados biográficos e empresariais dos supostos fraudadores, além da imagem da face e do documento de identificação utilizado na tentativa de fraude.

O Sistema Antifraude (SAF) passou a operar em todos os pontos de atendimento da ICP - Brasil. Todas as Autoridades de Registro comunicam as fraudes e tentativas de fraudes às suas respectivas Autoridades Certificadoras, por meio de um módulo de comunicação digital, e essas repassam a informação para o ITI, que possui um módulo/servidor centralizado de todas as comunicações. O sistema está 100% operacional. Além disso, o sistema começou a receber arquivos biométricos e se mostra eficaz na agilidade de comunicação entre os atores da ICP - Brasil (ITI-ACs- ARs-AgRs). Os arquivos biométricos já são recebidos em formato próprio (.WSQ). A fase 1 já se encontra operacional. Na fase 2, a ICP - Brasil identificará os requerentes de um certificado digital por meio das biometrias coletadas, o início está previsto para março de 2017, onde terá início a sincronia entre os bancos biométricos das ACs já cadastradas desde a fase 1.

### **Processo de Homologação de Equipamentos no âmbito da ICP – Brasil**

O Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro acreditou, em fevereiro/2015, o primeiro Organismo de Certificação de Produtos – OCP do Programa de Homologações de Equipamentos da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil. Com a ação, o processo de certificação de produtos utilizados na ICP-Brasil passa a fazer parte do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade – SBAC do Inmetro.

O OCP é o organismo que conduz o processo de certificação e concede o Certificado de Conformidade no âmbito do SBAC, com base em normas nacionais, regionais e internacionais ou em requisitos técnicos expedidos por um agente regulador. Com a acreditação do primeiro OCP, a NCC Certificações, passa a valer o novo procedimento de homologação da ICP - Brasil previsto na Resolução nº 96, de 2012.

Agora, os órgãos, entidades integrantes e usuários da ICP - Brasil somente poderão adquirir cartões, leitoras, *tokens* e HSMs com homologação válida junto à ICP - Brasil, após obter o Certificado de Conformidade concedido pelo OCP acreditado pelo Inmetro e a homologação perante o ITI.

No exercício de 2016, foram homologados os seguintes produtos:

1. Leitor/Gravador de Cartão Inteligente, Modelo “PertoSmar CCID”, Versão do Firmware “112C”, Modelo e Versão do Chip “ACS AC1038-SAM”, da empresa PERTO S.A – Periféricos para Automação, em 07/04/2016.
2. Sistema de Carimbo de Tempo Modelo “BRY-SCT-3”, Versão do Firmware “1.4.2”, Modelo e Versão do MSC “Thales nShield Solo”, da empresa BRY Tecnologia S.A, em 09/06/2016.
3. Emitido o primeiro Certificado de Avaliação da Conformidade, pelo Organismo de Certificação de Produtos - OCP, NCC/Inmetro, em 12.12.2016. Certificado de Número NCC 16.04488, emitido para a Leitora/Gravadora de Cartões, da empresa CIS Eletrônica da

Amazônia Ltda.

### ***Desenvolvimento e manutenção do criptossistema em código aberto com tecnologia nacional***

Foi disponibilizada a nova versão 2.6 do SGC-Ywapa e Ywyrá que viabiliza a geração de chaves simétricas para o projeto de biometria (PSBIO) da ICP - Brasil. Esta nova versão também permitiu a geração de certificados de Autoridades Certificadoras de 1º nível na Cadeia v5.

### ***Fomento ao Desenvolvimento de Novas Aplicações que façam Uso do Certificado Digital ICP – Brasil***

Com relação às manutenções, foi apenas dada continuidade ao Verificador de Conformidade e o Gerenciador de Políticas de Assinatura, tendo em vista a drástica redução orçamentária imposta ao ITI no exercício de 2016. Os demais sistemas SGC-Hawa, SGCA, *Middleware* e Assinador Digital de Referência não foram continuados.

O ITI licenciou o Sistema de Gerenciamento de Certificados - SGC para a Procuradoria Geral da União; além disso, encontra-se em processo de licenciamento o Código de Referência do Padrão de Assinatura Digital e do Verificador de Conformidade para o Banco Central do Brasil.

Em 2016, o ITI se fez representar na Câmara Técnica de Informática em Saúde (CFM) e participou de eventos organizados por outros conselhos profissionais, como o evento patrocinado pelo Conselho Federal de Fonoaudiologia.

### ***Auditoria Independente para a Autoridade Certificadora Raiz – AC - Raiz***

O Comitê Gestor da ICP - Brasil aprovou, por meio da Resolução nº 106, de 25 de agosto de 2015, a contratação de empresa de auditoria independente para auditar anualmente o ambiente operacional da Autoridade Certificadora Raiz - AC Raiz e seus prestadores de serviço de suporte, segundo as normas e padrões estabelecidos para própria ICP - Brasil e, ainda, segundo os normativos internacionais *WebTrust*, nos exercícios de 2015 a 2019.

Dessa forma, através do Contrato nº 05/2015, renovado para o exercício de 2016, por meio de termo aditivo, firmado entre o ITI e a empresa *Ernst & Young* Auditores Independentes S/S, foi realizada a auditoria baseada nos normativos vigentes, denominados DOC-ICP-01 e DOC-ICP-02, e documentos *Webtrust*, para o período de 12 de setembro de 2015 a 11 de setembro de 2016 (exercício 2016), cujos Pareceres Resumo, em português e, também, em inglês, aguardam a devida aprovação do Comitê Gestor da ICP - Brasil, cuja a composição está pendente de nomeação.

Vale ressaltar que, de acordo com os relatórios apresentados pela empresa de auditoria independente contratada, a AC Raiz está em conformidade com os normativos *WebTrust*, o que facilita o estabelecimento de acordos internacionais, e em nível de conformidade aceitável com os normativos DOC-ICP-01 e DOC-ICP-02 da ICP-Brasil, conforme critérios para emissão de parecer de auditoria da ICP - Brasil, disponível em <http://www.it.gov.br/images/twiki/URL/pub/Certificacao/AdeIcp/ADE-ICP-08-F-v-1.0-Conceitos.pdf>.

Uma vez que as auditorias devem ser realizadas anualmente, está prevista a realização da próxima no segundo semestre de 2017, cuja contratação e/ou recontração da empresa de auditoria

independente para a realização dos trabalhos já se encontra em andamento.

### 3.3.1.4. Ações Relacionadas a Programa de Gestão e Administração da Unidade

#### 3.3.1.4.1. Ação 10.20204.04.122.2101.2000

Com relação a Ações de Gestão, Manutenção e Serviços de responsabilidade da Unidade, o Instituto é responsável pela Ação 2000 inserida no contexto do Programa de Gestão e Administração da Presidência da República.

**Tabela 11 - A.3.3.1.4.1. Ação 2101.2000**

Ação 10.20204.04.122.2101.2000						
Código		10.20204.04.122.2101.2000				
Descrição		Administração da Unidade				
Unidade Responsável		Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI				
Unidade Orçamentária		20204 – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI				
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
6.419.517	7.558.258	7.558.258	7.075.033	0	209.917	126.162
<b>Metas do Exercício Para a Ação</b>						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Administração da Unidade	x	x	x	7.558.258	7.075.033
<b>Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física – Metas</b>			
Valor em 1º. de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
275.815	126.162	149.653	x		x	x

### Análise Situacional

No exercício de 2016 foram envidados esforços para o cumprimento das metas previstas no Planejamento Estratégico do Instituto, cujos resultados encontram-se disponíveis no Anexo 7 deste documento.

O grande desafio enfrentado pela Administração no exercício foi a adequação da estrutura ao drástico corte imposto pela LOA 2016, reduzida de R\$ 14.500.000,00 em 2015 para R\$ 12.197.000,00 em 2016. Dessa feita, mais uma vez o Instituto foi obrigado a demitir funcionários terceirizados, renegociar contratos, impor rigorosos controles de gastos, suspender investimentos e treinamentos, dentre outras medidas da espécie.

O contingenciamento orçamentário tem impedido avanços na aquisição de equipamentos de tecnologia, impondo inclusive a perda de garantia de grande parte dos equipamentos essenciais ao funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil. Limitações da espécie além de dilapidar o parque tecnológico vêm impondo atrasos no desenvolvimento e aperfeiçoamento de sistemas imprescindíveis à segurança da Certificação Digital Nacional.

O contingenciamento foi tão expressivo que o Instituto encontra-se em situação bastante vulnerável, haja vista que os quantitativos de copa, limpeza, recepção e vigilância armada encontram-se em patamares abaixo do mínimo legal, o que impede novas licitações, sob pena de impugnação.

A redução de limites nos exercícios de 2015 e 2016 impediu a implementação da Coleta Seletiva de Resíduos recicláveis, pois não havia recursos para aquisição dos materiais necessários.

No exercício, o ITI executou 99,91% do Limite de Movimentação e Empenho disponibilizado para Custeio e Investimento.

Com o advento da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, o ITI passou a ser vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações.

A vinculação ao MCTI foi válida até o sancionamento da Lei 13.341/2016, de 29 de setembro de 2016, que confirmou a vinculação do ITI à Casa Civil da Presidência da República. No entanto, tal fato praticamente inviabilizou providências para reestruturação organizacional do ITI, aquisição de Sede própria ou adequação das instalações atuais e aprovação do Regimento Interno. Somente em 2017, com a publicação do Decreto nº 8.985/2017, de 8 de fevereiro de 2017, o ITI permaneceu vinculado à Casa Civil da Presidência da República.

Por outro lado, foi possível avançar nas seguintes frentes:

### **1. Fomento da utilização de certificado digital nas soluções de TI utilizadas no âmbito do ITI**

Foram emitidos certificados digitais para os servidores públicos e para os terceirizados que necessitem da ferramenta para exercer suas atividades, tendo em vista que o Instituto implementou o SEI – Sistema Eletrônico de Informações e passou a assinar digitalmente os documentos eletrônicos, valendo-se de certificados digitais da ICP – Brasil.

### **2. Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação**

Em face da restrição orçamentária, somente 20 (vinte) servidores de um quadro de 41 DAS tiveram treinamento neste exercício de 2016.

Os treinamentos realizados foram:

- 1) Palestra de capacitação de combate ao mosquito *aedes aegypti*, ministrado na Presidência da República, com participação de 20 pessoas, dentre colaboradores e servidores – março/2016;
- 2) Oficina de Análise de Pontos de função, ministrado pelo SISF, com a participação de 3 servidores – abril/2016;
- 3) Palestra Governança de TI, ministrado pelo ENAP, com a participação de 3 servidores – março/2016;
- 4) Whorkshop de Contratações de TIC, com a participação de 1 servidor – setembro/2016.
- 5) 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade, com a participação de 1 servidor – setembro/2016;
- 6) II Encontro com as setoriais de Contabilidade de 2016 – Tesouro Nacional, com a partici-

pação de 1 servidor – setembro/2016.

### 3. Controle Patrimonial

O controle de bens patrimoniais e de consumo é realizado por intermédio do SIADS – Sistema Integrado de Administração de Serviços, sistema este que é desenvolvido pelo SERPRO para o Ministério da Fazenda, sob gestão da Secretaria do Tesouro Nacional, que possibilita aos órgãos da Administração Pública Federal um controle completo e efetivo de seus estoques de materiais, bens patrimoniais e serviços de transporte.

No exercício de 2016 não houve bens classificados como inservíveis e/ou ociosos, que pudessem ser doados.

### 4. Gerenciamento da infraestrutura tecnológica institucional

No exercício de 2016 não foi possível fazer novos investimentos na renovação do parque tecnológico do ITI, administrado pela CODIS, em razão de contingenciamentos orçamentários impostos ao Instituto. Apesar da grande maioria do parque de equipamentos do ITI estar fora de garantia, eles ainda atendem às necessidades de negócio.

**Tabela 12 - A.3.3.1.4.2. Adequação e evolução da infraestrutura (2016) – 95%**

Levantamento realizado – Fev/2017			
Equipamento	Quantidade total	Quantidade em garantia	Percentual em garantia
Switches	31	6	19,35%
Servidores	30	0	0,00%
Balanceador	2	0	0,00%
Storage	2	2	100,00%
Controladora sem fio	1	0	0,00%
Access Points	13	0	0,00%
Desktops – dell 780	18	0	0,00%
Desktops – dell 790	65	0	0,00%
Desktops – Itautec	83	0	0,00%
Notebooks – HP	2	0	0,00%
Notebooks – TCORP	23	0	0,00%
Impressoras	33	33	100,00%
Câmeras – CFTV	13	0	0,00%
Videoconferência – RSS	1	0	0,00%
Videoconferência – Gatekeeper	1	0	0,00%
Videoconferência – HDX	2	0	0,00%
Fitoteca	2	0	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>322</b>	<b>41</b>	<b>12,73%</b>

### 5. Disponibilizar e Gerenciar softwares aplicativos em alinhamento com os requisitos do negócio

No exercício de 2016, não ocorreram aquisições de softwares, sendo que alguns foram desenvolvidos ou aperfeiçoados internamente.

### 6. Gerenciamento da Governança de TI no âmbito da CODIS

**6.1. Adoção de um Modelo de controle para a Governança de TI (2015) – 3 (três) objetivos aderentes ao COBIT:**

- ✓ Monitorar e Avaliar – Monitorar e Avaliar Desempenho (ME1 - Monitoramento de Ativos de Rede);
- ✓ Entregar e Suportar – Gerenciar Capacidade e Desempenho (DS3 - Gerenciamento de armazenamento dos compartilhamentos e caixas de e-mail; Desempenho de serviços de mensagens e de sistemas);
- ✓ Adquirir e Implementar – Identificar Soluções Automatizadas (AI1- Automatização de sistemas de monitoramento e de gestão de usuários).

**6.2. Aplicação de um Modelo de Gerenciamento de Projetos** – foi atingida a meta de 90%, considerando o resultado dos seguintes projetos seguindo a Metodologia de Gerenciamento de Projetos - SISP:

- ✓ Sistema Antifraudes – 85% Aderente;
- ✓ Sistemas da Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização – 90% Aderente; e
- ✓ Melhoria da Infraestrutura de Serviços da Intranet – 95% Aderente.

**6.3. Adoção de um modelo de melhores práticas para Gerenciamento de Serviços de TI** – realizado 30%. Aplicado o Gerenciamento em Serviços de TI em:

- ✓ Atendimento ao usuário;
- ✓ Gestão de serviços e redes;
- ✓ Gestão de Contratos e licitações de TI;
- ✓ Gestão de serviços de desenvolvimento, fábrica de software e contagem de pontos de função.

**6.4. Contratação de Serviços em alinhamento as necessidades organizacionais** – 4 (quatro) serviços contratados, a saber:

- ✓ Fábrica de Software – Desenvolvimento;
- ✓ Contagem e validação de contagem de Pontos de Função;
- ✓ Suporte e atendimento aos usuários; e
- ✓ Administração de redes e serviços de redes de dados.

## 7. Gerenciamento da segurança dos ambientes físico e lógico da CODIS

Meta alcançada: Incidentes causados por falhas ou violação da segurança < 5 por ano:  
Não houve Incidentes causados por falhas ou violação de segurança no exercício de 2016.

## 8. Infraestrutura Tecnológica Institucional

Com relação ao Gerenciamento de Governança de TI, de Softwares e da Segurança dos ambientes físico e lógico da CODIS foram implementados os seguintes processos:

- a) **Manutenção dos sites do ITI** – 5 sites mantidos (Portal ITI, Portal CODIS, Portal Intranet, Sistemas Web Auditoria, e Sistemas Web Antifraude Teste e Homologação);
- b) **Aquisição e desenvolvimento de softwares aplicativos para alcançar os objetivos do negócio**– executado em 100%;
- c) **Adoção de um Modelo de controle para a Governança de TI (2015)** – 3 (três) objetivos:
  - Monitorar e Avaliar – Monitorar e Avaliar Desempenho (ME1 - Monitoramento de Ativos de Rede);
  - Entregar e Suportar – Gerenciar Capacidade e Desempenho (DS3 - Gerenciamento de



armazenamento dos compartilhamentos e caixas de e-mail; Desempenho de serviços de mensagens e de sistemas);

Adquirir e Implementar – Identificar Soluções Automatizadas (AI1- Automatização de sistemas de monitoramento e de gestão de usuários).

**d) Aplicação de um Modelo de Gerenciamento de Projetos** – foi atingida a meta de 90%, considerando o resultado dos seguintes projetos:

Sistema Antifraudes – 85% Aderente;

Sistemas da Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização – 90% Aderente;

Melhoria da Infraestrutura de Serviços da Intranet – 95% Aderente.

**e) Adoção de um modelo de melhores práticas para Gerenciamento de Serviços de TI** – realizado 35%. Aplicado o Gerenciamento em Serviços de TI em:

Atendimento ao usuário;

Gestão de serviços e redes;

Gestão de Contratos e licitações de TI;

Gestão de serviços de desenvolvimento, fábrica de software e contagem de pontos de função.

**f) Contratação de Serviços em alinhamento com as necessidades organizacionais** – 4 (quatro) serviços contratados, a saber:

Fábrica de Software - Desenvolvimento

Contagem e validação de contagem de Pontos de Função;

Suporte e atendimento aos usuários;

Administração de redes e serviços de redes de dados.

**g) Segurança dos ambientes Físico e Lógico da CODIS:** não foram registrados incidentes causados por falhas ou violação de segurança em 2015.

**3.3.1.5. Ação 10.20204.04.301.2101.2004**
**Tabela 13 - A.3.3.1.5. Ação 2101.2004**

20.20204.04.301.2101.2004						
Código		20.20204.04.301.2101.2004				
Descrição		Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes				
Unidade Responsável		Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI				
Unidade Orçamentária		20204 – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
13.200	13.200	10.991	10.991	0	0	10.991
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Pessoa beneficiada	Unidade	9	5	13.200	10.991

**Análise Situacional**

No exercício de 2016 foram contemplados com assistência médica 5 (cinco) servidores/mês.

**3.3.1.6. Ação 10.20204.04.365.2101.2010**
**Tabela 14 - A.3.3.1.6. AÇÃO 2101-2010**

10.20204.04.365.2101.2010						
Código		10.20204.04.365.2101.2010				
Descrição		Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares				
Unidade Responsável		Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI				
Unidade Orçamentária		20204 – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
14.400	14.400	0	0	0	0	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Criança atendida	Unidade	11	0	14.400	0

**Análise Situacional**

No exercício de 2016 não houve situações em que se aplicasse o pagamento de assistência pré-escolar.

**3.3.1.7. Ação 10.20204.04.331.2101.2011**
**Tabela 15 - A.3.3.1.7. AÇÃO 2101.2011**

10.20204.04.331.2101.2011						
Código		10.20204.04.331.2101.2011				
Descrição		Auxílio-transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares				
Unidade Responsável		Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI				
Unidade Orçamentária		20204 – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.600	3.600	427	427	0	0	427
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Servidor beneficiado	Unidade	2	2	3.600	427

**Análise Situacional**

No exercício de 2016 foi pago auxílio-transporte para apenas 2 (dois) servidores/mês no período de janeiro a dezembro.

**3.3.1.8. Ação 10.20204.04.306..2101.2012**
**Tabela 16 - A.3.3.1.8. AÇÃO 2101.2012**

10.20204.04.306.2101.2012						
Código		10.20204.04.306.2101.2012				
Descrição		Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares				
Unidade Responsável		Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI				
Unidade Orçamentária		20204 – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
48.000	52.541	52.061	52.061	0	0	52.061
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Servidor beneficiado	Unidade	11	09	52.541	52.061

**Análise Situacional**

No exercício de 2016 foram pagos auxílio-alimentação para 9 (nove) servidores/mês.

**3.3.1.9. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores**
**Tabela 17 - A.3.3.1.9. Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores**

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2016	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2016
2016	1.029.492	697.637	180.866	150.989
2015	2.851.727	2.673.638	90.871	87.218
2014	1.168.445	846.869	276.643	44.933
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2016	Cancelamento	Pagamento	Saldo a Pagar em 31/12/2016
2016	0	0	0	0
2015	0	0	0	0
2014	0	0	0	0

Fonte: SIAFI



### **3.3.1.10. Ações – Orçamento de Investimento – OI**

No exercício de 2016 o ITI apenas realizou investimento no valor de R\$ 13.300,00, a título de transferência de recursos. O expressivo corte orçamentário não permitiu a realização de investimentos, pois foi necessário promover alterações orçamentárias transformando investimento em custeio, como forma de manter a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira em funcionamento.

### 3.3.2. Fatores intervenientes no Desempenho Orçamentário

O grande desafio enfrentado pela Administração no exercício foi a adequação da estrutura ao limite imposto pela Portaria 172/2015, que obrigou o Instituto a demitir 19 terceirizados, além dos 37 demitidos por ocasião da Portaria 268/2013. De outra parte, a Autarquia também cancelou todos os investimentos em tecnologia da informação, novos cursos e treinamentos, aquisição de material de consumo e adotou providências de redução efetiva de despesas gerais de toda ordem e espécie.

A situação da Autarquia é crítica, pois os cortes superaram o limite de 25% previsto em lei, além de impor elevado risco operacional ao funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira.

O contingenciamento foi tão expressivo que o Instituto encontra-se em situação bastante vulnerável, haja vista que os quantitativos de copa, limpeza, recepção e vigilância armada encontram-se em patamares abaixo do mínimo legal, o que impede novas licitações, sob pena de impugnação.

O ITI solicitou, em 23.09.2013, sua inclusão dentre as entidades autorizadas a adotar o Plano de Carreiras de C&T, previsto na Lei nº 8.691/93, de 28 de julho de 1993, e muito embora, o processo conte com parecer favorável da Casa Civil, consubstanciado no Aviso nº 839/SE-C.Civil/PR, de 19.11.2013, até o momento não constam avanços no atendimento do pleito no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

### 3.3.3. Execução Descentralizada com transferência de recursos

#### 3.3.3.1. Visão Geral dos Instrumentos de Transferência e dos Montantes Transferidos

**Tabela 18 - A 3.3.3.1. Execução Descentralizada com Transferência de Recursos**

Unidade Concedente						
Nome:	INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO					
UG/GESTÃO	243001/24208					
	Quantidade de Instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Termo de Cooperação	0	3	1	1.278.160	1.159.224	1.149.794
Totais	0	3	1	1.278.160	1.159.224	1.149.794

Fonte: SIAFI

#### Análise Crítica

Os créditos movimentados referem-se a Termos de Descentralização de Créditos – TDC firmados com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, responsável pelo desenvolvimento e atualização do Criptossistema e manutenção da Sala Cofre de Contingência e com a Fundação Universidade de Brasília, responsável pelo Projeto SEDAP.

### 3.3.3.2. Visão gerencial da Prestação de Contas dos Recursos pelos Receptores

**Tabela 19 - A.3.3.3.2. Prestação de Contas dos Recursos de Receptores**

Unidade Concedente			
Nome:	INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		
UG/GESTÃO	243001/24208		
Exercício da Prestação de Contas	Quantitativos e montantes repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)
			Termo de Cooperação
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	02
		Montante Repassado	1.278.160,40
	Contas não Prestadas	Quantidade	00
		Montante Repassado	00,00
Exercícios anteriores	Contas não Prestadas	Quantidade	02
		Montante Repassado	172.893,00

### 3.3.3.3. Visão Gerencial das Contas Prestadas

**Tabela 20 - A.3.3.3.3. Visão Gerencial das Contas Prestadas**

Unidade Concedente ou Contratante		
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão	Instrumentos	
	Termo de Cooperação	
Contas analisadas	Quantidade aprovada	03
	Quantidade reprovada	00
	Quantidade de TCE instauradas	00
	Montante repassado (R\$)	257.200,00
Contas não analisadas	Quantidade	01
	Montante repassado (R\$)	1.098.060,40

### 3.3.3.4. Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

Na área técnica, são envolvidos em 03 (três) profissionais para receber e analisar as prestações de contas, quanto ao atingimento das metas propostas, e na área administrativa, 01 (um) profissionais para análise da execução dos recursos recebidos, com base nas exigências da Instrução Normativa nº 01/1997, visando dar suporte ao ordenador de despesa para aprovação das contas.



### 3.4. Informações sobre a execução das despesas

#### 3.4.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação

Tabela 21 - A.3.4.1. Despesas por Modalidade de Contratação

Unidade Orçamentária: ITI			Código UO: 20204				UGO: 243001	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga					
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>7.232.175</b>	<b>45,55</b>	<b>8.355.416</b>	<b>49,4</b>	<b>7.232.175</b>	<b>45,55</b>	<b>8.355.416</b>	<b>49,4</b>
a) Convite								
b) Tomada de Preços								
c) Concorrência								
d) Pregão	7.232.175	45,55	8.355.416	49,4	7.232.175	45,55	8.355.416	49,4
e) Concurso								
f) Consulta								
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas								
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>2.469.774</b>	<b>15,00</b>	<b>2.479.929</b>	<b>14,66</b>	<b>2.469.774</b>	<b>15,00</b>	<b>2.479.929</b>	<b>14,66</b>
h) Dispensa	2.377.513	14,97	2.373.003	14,03	2.377.513	14,97	2.373.003	14,03
i) Inexigibilidade	92.261	0,03	106.926	0,63	92.261	0,03	106.926	0,63
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>4.642</b>	<b>0,03</b>	<b>5.883</b>	<b>0,003</b>	<b>4.642</b>	<b>0,03</b>	<b>5.883</b>	<b>0,003</b>
j) Suprimento de Fundos	4.642	0,03	5.883	0,003	4.642	0,03	5.883	0,003
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>6.040.676</b>	<b>38,04</b>	<b>5.942.451</b>	<b>35,13</b>	<b>6.040.676</b>	<b>38,04</b>	<b>5.942.451</b>	<b>35,13</b>
k) Pagamento em Folha	6.008.904	37,84	5.892.865	34,84	6.008.904	37,84	5.892.865	34,84
l) Diárias	31.772	0,20	49.586	0,29	31.772	0,20	49.586	0,29
<b>5. Outros</b>	<b>131.067</b>	<b>0,83</b>	<b>128.813</b>	<b>0,81</b>	<b>131.067</b>	<b>0,83</b>	<b>128.813</b>	<b>0,81</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>15.878.334</b>	<b>100</b>	<b>16.912.494</b>	<b>100</b>	<b>15.878.334</b>	<b>100</b>	<b>16.912.494</b>	<b>100</b>

#### Análise Crítica

O Instituto vem privilegiando a contratação de serviços via modalidade licitatória de pregão, que alcançou o valor de R\$ 7.232.175,00 em 2016. A contratação direta abrangeu serviços como renovação do aluguel, serviços prestados pelo SERPRO, fornecimento de água – CEB, Imprensa Nacional e outros serviços pontuais, como correios, carimbos e treinamento.

A contratação via inexigibilidade alcançou o valor de R\$ 92.261,00 e incluiu serviços como CAESB e treinamento.

### 3.4.2. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Tabela 22 - A.3.4.2. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Unidade Orçamentária: ITI			Código UO: 20204			UGO: 243001		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
<b>1. Despesas de Pessoal</b>								
3190.96 - Requisitado	4.199.531	3.894.183	3.545.283	3.518.138	654.248	376.046	3.545.283	3.518.138
3190.11 – Venc. Vant. fixas	2.185.367	2.103.333	2.185.367	2.103.333	0	0	2.185.367	2.103.333
3191.13 – Patronais - intra	236.736	233.679	236.736	233.679	0	0	236.736	233.679
Demais elementos do grupo	41.517	37.715	41.517	37.715	0	0	41.517	37.715
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>								
3390.37 – Locação pessoal	4.976.376	5.702.277	4.903.189	5.626.361	73.187	75.916	4.903.189	5.626.361
3390.39 – Serv. Terceiros	5.315.730	5.077.288	4.535.432	4.649.197	780.298	428.091	4.535.432	4.649.197
3390.33 – Passagens/ transporte	0	343.579	0	343.579	0	0	0	343.579
3390.35 – Serviços de Consultoria	229.851	0	12.371	0	217.480	7.754	12.371	0
Demais elementos do grupo	449.011	414.434	418.436	400.493	30.575	6.186	418.436	400.493
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
<b>4. Investimentos</b>								
4490.52 – Investimentos	0	0	0	0	0	0	0	0

#### Análise Crítica

Com relação às despesas relativas à Folha de Pagamento é importante ressaltar que o ITI não dispõe de quadro próprio de funcionários e opera com a mesma estrutura de cargos em comissão desde sua criação em 2002. Sua estrutura de Cargos em Comissão é da ordem de 41 DAS, ocupados por servidores requisitados por ressarcimento (R\$ 4.199.531,00) e demais com ou sem vínculo (R\$ 2.185.367,00).

Com a ausência de quadro próprio de funcionários, o ITI é obrigado a contratar terceirizados para apoio administrativo, além de funcionários para a copa, limpeza, recepção vigilância armada, etc. Registre-se, entretanto que, com o expressivo corte orçamentário na LOA – 2016 o Instituto foi obrigado a demitir mais 11 empregados, além dos 56 demitidos por ocasião das Portarias 268/2013 e 172/2015.

A situação da Autarquia é crítica, pois os cortes superaram o limite de 25% previsto em lei, além de impor elevado risco operacional ao funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira, como é o caso da redução drástica da vigilância armada, cujo contingente está abaixo do previsto nas normas.

O ITI solicitou, em 23/09/2013, sua inclusão dentre as entidades autorizadas a adotar o Plano de Carreiras de C&T, previsto na Lei nº 8.691/93, de 28 de julho de 1993, e muito embora, o processo conte com parecer favorável da Casa Civil, consubstanciado no Aviso nº 839/SE-C.Civil/PR, de 19.11.2013, até o momento não constam avanços no atendimento do pleito no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

### 3.5. Desempenho Operacional

**Tabela 23 - A.3.5. Desempenho Operacional no âmbito do PPA 2016 - 2019**

<b>Identificação da Iniciativa – PPA 2016-2019</b>						
Iniciativa	<i>06LB - Massificação e aperfeiçoamento da Certificação Digital ICP – Brasil e outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital necessárias às transações eletrônicas de interesse da União, dos Estados e dos Municípios, do Distrito Federal e da sociedade, mediante a garantia de pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira e do Carimbo do Tempo da ICP – Brasil</i>					
Objetivo	<i>1158 - Aumentar a eficiência da ação do Estado mediante o uso integrado da tecnologia da informação e o aprimoramento da gestão, contribuindo para a segurança da informação e comunicações e a segurança cibernética.</i>					
Programa	2038 – Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI					
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.238.741	4.638.741	4.610.292	3.873.600	3.873.600	0	645.155
<b>Execução Física da Iniciativa</b>						
Descrição da meta	Unidade de Medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Massificação do uso de Certificados Digitais da ICP-Brasil	Percentual de Disponibilidade do Sistema	99,9%	99,9%	99,99%		
<b>Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores</b>						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física Metas			
Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
377.631	218.310	8.331	Percentual de Disponibilidade do Sistema	Percentual	99,99%	

### Análise Situacional do Desempenho Operacional no âmbito do PPA 2016-2019

A Certificação Digital permite que aplicações, como comércio eletrônico, assinatura de contratos, operações bancárias, iniciativas do governo eletrônico, entre outras sejam realizadas de forma virtual, via Internet, ao garantir identificação inequívoca do cidadão, segurança e validade jurídica aos atos praticados com seu uso.

O ano de 2016 foi marcado pelo grande desafio de disponibilizar ao cidadão não apenas o documento eletrônico, mas verdadeiros balcões *on-line* repletos de serviços que facilitem sua vida e a desburocratize, a partir do uso do Certificado Digital ICP – Brasil.

A **Iniciativa para Massificação do Uso do Certificado Digital ICP – Brasil** foi desenvolvida, em 2016, no âmbito de quatro eixos principais:

- 1 - Sensibilização e Capacitação em Certificação Digital ICP – Brasil;
- 2 - Fomento a Aplicações que façam uso da Certificação Digital ICP – Brasil;
- 3 - Operação do Sistema Nacional de Certificação Digital ICP – Brasil; e
- 4 - Evolução Tecnológica da Certificação Digital ICP - Brasil.

**1 – Sensibilização e Capacitação : Proporcionar que a sociedade brasileira em geral saiba o que é a certificação digital, para que serve, onde e como usá-la, os benefícios e responsabilidades advindas de seu uso e proporcionar o desenvolvimento de profissionais qualificados para desenvolver e operar os sistemas responsáveis pelo ciclo de vida dos certificados digitais ICP – Brasil.**

No intuito de divulgar e popularizar os benefícios da Certificação Digital, o ITI participou da quarta edição do Seminário Nacional de Certificação Digital, nos dias 15 e 16 de junho/2016, em São Paulo, paralelamente à 21ª. *Cards Payment & Identification*, maior feira de tecnologia para o setor de cartões, meios eletrônicos de pagamento, identificação e certificação digital da América Latina. No evento foram abordados os seguintes temas:

- a) Os benefícios do Prontuário Eletrônico do Paciente – PEP;
- b) Desmaterialização de Processos na Administração Pública Paulista, *cases* de contratos de câmbio assinados com certificado digital ICP – Brasil; e
- c) Palestra sobre o projeto “100% Digital” do TJSP e apresentação do software “*Blue Crystal*” que permite a realização de assinaturas no padrão ICP – Brasil.

No segundo semestre de 2016 foi realizado no período de 23 a 25/08/2016 em Brasília o 14º CertForum – Fórum de Certificação Digital. O evento teve por finalidade discutir os usos e benefícios da certificação digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas – ICP – Brasil. Foram destaques no evento:

- a) Lançamento do e-book “Curso de Direito da Certificação Digital – ICP – Brasil”, de autoria do Procurador Federal Chefe do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI, Dr. André Garcia;
- b) Usos do Certificado Digital nas aplicações do Governo: e-social e o projeto de identificação com biometria facial nos aeroportos brasileiros (RFB - Receita Federal do Brasil), Portal Empresa Simples (Sec. Especial da Micro e Pequena Empresa);
- c) Benefícios da Certificação Digital para Contadores;
- d) Biometria na ICP – Brasil;
- e) Credenciamento de Prestador de Serviço Biométrico – PSBio da ICP – Brasil – CertiBio;
- f) Desenvolvimento e uso do prontuário eletrônico da Rede Amil;
- g) A Assinatura Digital e seus efeitos jurídicos;
- h) O uso do Certificado Digital e seus efeitos jurídicos;
- i) O uso do Certificado Digital como instrumento de trabalho do advogado; e
- j) O Processo Judicial Eletrônico – PJ-e, versão 2, que possibilita o peticionamento em meios móveis.

O Fórum de Certificação Digital também foi realizado em Porto Alegre/RS em 05/10/2016, com destaque para as seguintes palestras:

- a) Representante do BANRISUL explicou como funciona a emissão de certificados ICP – Brasil no BANRISUL e deu destaque à capilaridade da rede de emissão de certificados em todo o estado gaúcho;
- b) Representante da Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – PROCERGS tratou sobre a adesão do Rio Grande do Sul à certificação digital e sobre o desenvolvimento de sistemas para a administração pública local com o intuito de tornar os processos mais ágeis, seguros e menos burocráticos;
- c) O Presidente da Junta Comercial do estado do Rio Grande do Sul abordou a implantação da Junta Digital Estado; e
- d) Representante da Divisão de Tecnologia da Informação do Instituto-Geral de Perícias do Rio Grande do Sul – IGP/RS mostrou como a certificação digital melhorou a produção de laudos periciais na Instituição.

A Assessoria de Comunicação – ASCOM, área responsável pela interlocução entre a Instituição e o cidadão, publicou no exercício de 2016 no site do ITI 42 (quarenta e dois) Boletins Digitais. A drástica redução da LOA em 2016 inviabilizou a produção da Revista Digital. Com relação às redes sociais foi mantida atualização diária das contas que o ITI possui no Facebook e Twitter.

O Instituto esteve presente nos principais eventos voltados à segurança da informação, desmaterialização de processos, defesa e iniciativas afins, tais como:

- a) IV Encontro Nacional dos Presidentes, Executivos, Comerciais e Gestores das Autoridades de Registro da Rede AC CACB de Certificação Digital;
- b) Fórum *Security Leaders*, em 17/03/2016, Brasília – DF;
- c) Debate sobre Sistema Biométrico da ICP – Brasil, com participação de ACs públicas e privadas, realizado no ITI, em 16/03/2016;
- d) ENAJ 2016 – Encontro Nacional de Juntas Comerciais, onde foi proferida a palestra “Aspectos da utilização da certificação digital” durante o painel “A padronização da adoção da certificação digital nos atos empresariais”, dia 14/04/2016 em Ouro Preto-MG;
- e) Debate sobre Biometria e Certificação Digital, realizado no dia 03/05/2016 com participação do ITI e da Certisign/Certibio;
- f) Congresso “Advocacia na era digital”, realizado no dia 22/11/2016, no Rio de Janeiro, promovido pela Diretoria de Inclusão Digital e a Comissão de Direito e Tecnologia da Informação – CDTI da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Rio de Janeiro – OAB/RJ.

## **2 – Fomento a aplicações: Estimular o desenvolvimento e a implantação de aplicações que façam uso da Certificação Digital ICP – Brasil nos setores público e privado brasileiros.**

A crescente adoção da certificação digital, mesmo em um ano de recessão econômica tão forte, vem confirmar a importância da ferramenta para a redução de custos operacionais. O processo eletrônico contribui para a redução de custos de papel, impressão, transporte de documentos, ao tempo em que agiliza o processamento e controle de operações, sem perder a segurança e validade jurídica, aportadas com o uso do certificado digital ICP – Brasil.

A atual estrutura da ICP – Brasil é utilizada cada vez mais em sistemas e aplicações de grande relevância para o desenvolvimento nacional, sendo aplicada nas áreas de Infraestrutura, Desenvolvimento Social, Econômica e Produtiva e Estratégia e Defesa.

Sem a Certificação Digital, sistemas críticos da economia nacional podem ser paralisados, como é o caso do Sistema de Pagamentos Brasileiro Nacional - SBP, do Sistema de Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, aplicação que inibe a evasão fiscal, com ganhos em termos de redução de custo (papel, tinta, armazenagem, etc.), padronização, facilidade no tratamento de dados eletrônicos, agilidade e segurança. **Dados disponíveis no Portal da Nota Fiscal Eletrônica indicam que foram autorizadas 15,619 bilhões de NF-es até 06/01/2017, emitidas por 1,327 milhões de contribuintes (base 22/02/2014).** Todas as emissões de Notas Fiscais eletrônicas se valem de Certificados Digitais da ICP – Brasil.

Também é fato que o uso do certificado digital assumiu expressiva importância para determinadas categorias profissionais, como contadores, médicos e advogados. Os contadores somente poderão acessar determinados sistemas da Receita Federal mediante o uso de certificados digitais. O mesmo ocorre com médicos para acesso a Prontuários Eletrônicos. No caso de advogados, o crescimento é ainda mais notório, tendo em vista a adoção em praticamente todo o Judiciário de processos eletrônicos que permitem que o trâmite jurídico seja feito integralmente por meio virtual.

No exercício de 2016 foram emitidos 3.226.452 certificados e as Entidades Credenciadas no âmbito da ICP – Brasil cresceu 20%, passando de 2.159 em 2015 para 2.598 entidades em 2016.

**Tabela 24 - A.3.5.2.1. Quantidade de Certificados Emitidos – Janeiro a Dezembro/2016**

Mês Referência	Qtde Total Certificados Emitidos
Janeiro	220.835
Fevereiro	243.364
Março	297.210
Abril	255.631
Maiο	314.354
Junho	300.535
Julho	299.666
Agosto	282.085
Setembro	254.054
Outubro	251.675
Novembro	262.022
Dezembro	245.021
<b>TOTAL</b>	<b>3.226.452</b>

Fonte: ITI Dezembro/2016

**Tabela 25 - A.3.5.2.2. Entidades Credenciadas**

ENTIDADES CREDENCIADAS	2015	2016	CRESCIMENTO %
Autoridades Certificadoras 1º e 2ºNível	69	72	4%
Autoridade de Registro-AR - CNPJ	467	565	21%
Instalações Técnicas Físicas	1623	1961	21%
<b>Total</b>	<b>2.159</b>	<b>2.598</b>	<b>20%</b>

Fonte: ITI – Jan-2017

No exercício de 2016, a ICP – Brasil não credenciou nova Autoridade Certificadora – AC de 1º Nível, mas credenciou 2 (duas) Autoridades Certificadoras de 2º Nível: AC Fenacor e AC Consult Brasil.

**3 – Operação: Garantir o pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil, ampliar a ICP – Brasil de modo a propiciar maior capilaridade pelo País, o que é necessário para prover acesso aos Certificados Digitais ICP – Brasil por todo e qualquer cidadão brasileiro.**

As ações desenvolvidas pela Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas – DINFRA tem a finalidade de garantir o pleno funcionamento, por meio da disponibilidade e integridade, da Autoridade Certificadora Raiz – AC – Raiz da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil, propiciando aos seus usuários a adequada segurança da informação, necessária para garantir a segurança jurídica das transações e documentos eletrônicos.

Trata-se de uma ação fundamental para o Instituto, estando nela abrigada grande parte das principais atividades finalísticas do ITI.

Para garantir a disponibilidade, com o contingenciamento das chaves criptográficas e pleno funcionamento da AC Raiz, são mantidos 2 (dois) Centros de Certificação Digital – CCD, sendo um em Brasília/DF, nas instalações da Presidência da República, e outro em Florianópolis/SC, na Universidade Federal de Santa Catarina.

Para garantir a disponibilidade de 99,99% e pleno funcionamento da AC Raiz, são mantidos 2 (dois) Centros de Certificação Digital – CCD, sendo um em Brasília/DF (ambiente seguro principal), nas instalações da Presidência da República, e outro em Florianópolis/SC, na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

Ambos os CCDs são compostos de sistemas redundantes e autônomos, compostos dos seguintes subsistemas:

- Subsistema de Alimentação Elétrica;
- Subsistema de Climatização;
- Subsistema de Detecção e Combate a Incêndio;
- Subsistema de Supervisão e Controle;
- Subsistema de Controle de Acesso e Vigilância.

Em virtude da alta disponibilidade exigida pelas normas da ICP - Brasil (99,99%) é necessário manter contrato com empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva dos subsistemas descritos acima, que são monitorados em regime 24x7 por equipe especializada. Além disso, são mantidos contratos para prestação de serviço de provimento dos meios físicos e lógicos para acesso à Internet.

No ambiente seguro principal da AC Raiz, são mantidas duas infraestruturas de rede e internet completamente independentes entre si e também independentes daquela do ambiente seguro de contingência com administração e gerenciamento realizados pelos técnicos do próprio ITI. Em tal ambiente, são mantidos a Entidade de Auditoria do Tempo – EAT, os repositórios da AC Raiz – parte online disponível para acesso através da Internet – onde são disponibilizados os certificados emitidos, as Listas de Certificados Revogados (LCR) e políticas de assinaturas. Essas informações

são disponibilizadas nos dois sítios de Internet no CCD de Brasília/DF e, ainda, em um terceiro em Florianópolis/SC (contingência).

A fim de atender à disponibilidade prevista nos normativos, os serviços são disponibilizados em servidores redundantes que respondem pelo mesmo domínio “acraiz.icpbrasil.gov.br”, em 03 (três) infraestruturas distintas, conforme descrito acima, de forma que somente haverá indisponibilidade quando todos os servidores/informação estiverem simultaneamente indisponíveis. Havendo a indisponibilidade de alguma infraestrutura, o serviço sofrerá degradação no acesso proporcional ao número de servidores/informação indisponíveis, porém o conteúdo manter-se-á acessível.

No exercício de 2016, foi possível garantir a disponibilidade do Sistema de Certificação Digital e da Entidade de Auditoria do Tempo – EAT da ICP - Brasil, na taxa mínima de 99,99% prevista, conforme exige a legislação vigente. Para tanto, foi contratada empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva dos subsistemas do ambiente seguro e foram contratados os meios físicos e lógicos para acesso à Internet para o ambiente principal.

O Comitê Gestor da ICP - Brasil aprovou, por meio da Resolução nº 106, de 25 de agosto de 2015, a contratação de empresa de auditoria independente para auditar anualmente o ambiente operacional da Autoridade Certificadora Raiz - AC Raiz e seus prestadores de serviço de suporte, segundo as normas e padrões estabelecidos para própria ICP-Brasil e, ainda, segundo os normativos internacionais *WebTrust*, nos exercícios de 2015 a 2019. Dessa forma, através do Contrato nº 05/2015, renovado para o exercício de 2016, por meio de termo aditivo, firmado entre o ITI e a empresa *Ernst & Young Auditores Independentes S/S*, foi realizada a auditoria baseada nos normativos vigentes, denominados DOC-ICP-01 e DOC-ICP-02, e documentos *Webtrust*, para o período de 12 de setembro de 2015 a 11 de setembro de 2016 (exercício 2016), cujos Pareceres Resumo, em português e, também, em inglês, aguardam a devida aprovação do Comitê Gestor da ICP - Brasil, cuja a composição está pendente de nomeação.

Vale ressaltar que, de acordo com os relatórios apresentados pela empresa de auditoria independente contratada, a AC Raiz está em conformidade com os normativos *WebTrust*, o que facilita o estabelecimento de acordos internacionais, e em nível de conformidade aceitável com os normativos DOC-ICP-01 e DOC-ICP-02 da ICP - Brasil, conforme critérios para emissão de parecer de auditoria da ICP-Brasil, disponível em <http://www.iti.gov.br/images/twiki/URL/pub/Certificacao/AdeIcp/ADE-ICP-08-F-v-1.0-conceitos.pdf>.

Ressalte-se que as auditorias devem ser realizadas anualmente e a próxima está prevista para o segundo semestre de 2017, tanto que a contratação e/ou recontração da empresa de auditoria independente para a realização dos trabalhos já se encontra em andamento.

Os principais avanços na Massificação da Certificação Digital em áreas críticas para o desenvolvimento nacional em 2016 estão consignados no Anexo 3.

**4 – Evolução: garantir que a Certificação Digital ICP – Brasil acompanhe a evolução tecnológica de modo a assegurar aos seus usuários o estado da arte em segurança da informação e, com isto, assegurar permanentemente segurança jurídica às transações e documentos eletrônicos.**

No exercício de 2016 os avanços tecnológicos se concentraram nas seguintes ações:



### ***Sistema Antifraude e Biometria***

Em setembro de 2015, o Comitê Gestor da ICP – Brasil aprovou o uso de sistema biométrico para a emissão de um certificado digital da ICP – Brasil, como forma de evitar as fraudes e tornar o sistema ainda mais confiável. Até sua implementação em 13/11/2016, o ITI investiu no desenvolvimento de um sistema biométrico que respeitasse rigorosamente os princípios da ICP – Brasil: segurança, confiabilidade, interoperabilidade e autonomia das Autoridades Certificadoras.

O Sistema Biométrico veio agregar mais segurança, permanecendo todo o arcabouço tecnológico e social das demais averiguações impostas em normativos. Trata-se de uma das maiores implementações de segurança para a confirmação de identidades no Brasil.

O Sistema Antifraude – Lista Negativa da ICP – Brasil passou a ser obrigatório. A lista contém um conjunto de informações prestadas pelas Autoridades Certificadoras – ACs sobre tentativas de fraudes na emissão de certificados digitais. Esse conjunto inclui dados biográficos e empresariais dos supostos fraudadores, além da imagem da face e do documento de identificação utilizado na tentativa de fraude.

O Sistema Antifraude (SAF) passou a operar em todos os pontos de atendimento da ICP - Brasil. Todas as Autoridades de Registro comunicam as fraudes e tentativas de fraudes às suas respectivas Autoridades Certificadoras, por meio de um módulo de comunicação digital, e essas repassam a informação para o ITI, que possui um módulo/servidor centralizado de todas as comunicações. O sistema está 100% operacional. Além disso, o sistema começou a receber arquivos biométricos e se mostra eficaz na agilidade de comunicação entre os atores da ICP - Brasil (ITI-ACs- ARs-AgRs). Os arquivos biométricos já são recebidos em formato próprio (.WSQ). A fase 1 já se encontra operacional. Na fase 2, a ICP - Brasil identificará os requerentes de um certificado digital por meio das biometrias coletadas, o início está previsto para março de 2017, onde terá início a sincronia entre os bancos biométricos das ACs já cadastradas desde a fase 1.

### ***Sistema de Homologação de Equipamentos***

No âmbito do Sistema de Homologação da ICP - Brasil, os seguintes produtos foram homologados no exercício de 2016:

1. Leitor/Gravador de Cartão Inteligente, Modelo “PertoSmar CCID”, Versão do Firmware “112C”, Modelo e Versão do Chip “ACS AC1038-SAM”, da empresa PERTO S.A – Periféricos para Automação, em 07/04/2016;
2. Sistema de Carimbo de Tempo Modelo “BRY-SCT-3”, Versão do Firmware “1.4.2”, Modelo e Versão do MSC “Thales nShield Solo”, da empresa BRY Tecnologia S.A, em 09/06/2016;
3. Emitido o primeiro Certificado de Avaliação da Conformidade, pelo Organismo de Certificação de Produtos - OCP, NCC/Inmetro, em 12/12/2016. Certificado de Número NCC 16.04488, emitido para a Leitora/Gravadora de Cartões, da empresa CIS Eletrônica da Amazônia Ltda.

### ***Manual de Condutas Técnicas***

O ITI disponibilizou no site do Instituto o Manual de Condutas Técnicas 07 – MCT – 07 atualizado. O documento trata dos requisitos, materiais e documentos técnicos para homologação de módulos de segurança criptográfica no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP

– Brasil. A atualização é resultado da primeira fase do Grupo de Trabalho da Comissão Técnica Executiva do Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – COTEC/CG-ICP-Brasil, formado especificamente para tratar da atualização dos MCTs, e conta com a participação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, do laboratório de Sistemas Integráveis Tecnológico LSI-TEC e da NCC Certificações.

Destacaram-se ainda as seguintes realizações:

- a) O Certificado Digital ICP - Brasil passou a fazer parte do repositório da Adobe, o que torna mais simples a verificação de autenticidade de assinaturas padrão ICP - Brasil em arquivos no formato PDF;
- b) Em 02/03/2016 foi emitida nova raiz da ICP - Brasil, denominada V5, em seguida serão emitidos novos certificados para as Autoridades Certificadoras de 1º nível e posteriormente para as Autoridades Certificadoras subsequentes;
- c) Foi realizada Consulta Pública sobre a padronização da Carteira de Identidade Estudantil - CIE e o ITI disponibilizou documento com as especificações para padronização da Carteira, nele estão detalhadas todas as características físicas e digitais que devem constar no novo documento estudantil, além de informações sobre o banco de dados para consulta por parte do poder público, estabelecimentos, produtoras e promotoras de eventos;
- d) A Comissão Técnica Executiva – COTEC/ICP - Brasil instituiu dois Grupos de Trabalhos que se encarregarão de temas de interesse da ICP – Brasil como o uso da certificação digital em dispositivos móveis e a inserção dos certificados das Autoridades Certificadoras – ACs nos repositórios da Fundação Mozilla;
- e) O ITI disponibilizou nova versão do Verificador de Conformidade do Padrão de Assinatura Digital da ICP – Brasil, que tem como função aferir a conformidade de um arquivo assinado com o certificado ICP - Brasil, de acordo com o DOC ICP-15;
- f) O formato PADES de assinatura digital passou a constar das Listas de Políticas de Assinatura disponíveis na ICP - Brasil conforme regulamento DOC-ICP-15, a partir de uma nova versão do *software* de Geração de Políticas;
- g) O INMETRO está em processo de credenciamento de 2 novos laboratórios para o PAC (Programa de Avaliação de Conformidade) da ICP – Brasil;
- h) Os documentos e os despachos sobre credenciamento e descredenciamento de entidades na ICP - Brasil foram disponibilizados no *site* do Instituto, como forma de dar maior publicidade e celeridade aos processos, permitindo que os interessados acompanhem a evolução de seus pedidos;
- i) O ITI publicou a Nota Técnica nº 001/2016 – CGNP/ITI que esclarece sobre as novas versões de Políticas de Assinatura Aprovadas no âmbito da ICP – Brasil; e
- j) A Comissão Técnica Executiva – COTEC/ICP - Brasil instituiu dois Grupos de Trabalhos que se encarregarão de temas de interesse da ICP – Brasil como o uso da certificação digital em dispositivos móveis e a inserção dos certificados das Autoridades Certificadoras – ACs nos repositórios da Fundação Mozilla.

No ano de 2016 não foi possível dar continuidade ao processo de modernização dos sub-sistemas do ambiente seguro da AC Raiz. Ainda que existam equipamentos próximos de entrarem em processo de obsolescência tecnológica, a empresa prestadora do serviço de manutenção preventiva e corretiva do ambiente seguro tem ainda conseguido realizar a substituição das peças necessárias dentro do nível de serviço exigido em contrato. Assim, em virtude do contingenciamento imposto ao limite de movimentação e empenho não foi possível promover as adequações tecnológicas necessárias ao ambiente seguro da AC Raiz, bem como não foi possível a instalação de NOC (Cen-

tro de Operação) em nível 3 de segurança, conforme previsto nos normativos da ICP - Brasil, na Sede do ITI compatibilizado com a sala cofre (ambiente seguro principal).

Vale ressaltar, que é premente a necessidade de implantação do nível 3 de segurança na Sede do ITI, de forma que o ambiente de segurança da DINFRA esteja compatibilizado com a Sala Cofre a fim de agilizar as operações da AC Raiz e minimizar as necessidades de deslocamentos para acesso físico ao ambiente seguro, uma vez que a atual estrutura exige que determinadas atividades operacionais sejam executadas apenas na sala cofre.

### **Outras observações relevantes**

Com o advento da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, o ITI passou a ser vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações.

A vinculação ao MCTI foi válida até o sancionamento da Lei 13.341/2016, de 29 de setembro de 2016, que confirmou a vinculação do ITI à Casa Civil da Presidência da República. No entanto, tal fato praticamente inviabilizou providências para aprovação do Regimento Interno, assim como da reestruturação organizacional do ITI. Somente em 2017, com a publicação do Decreto nº 8.985/2017, de 8 de fevereiro de 2017, o ITI permaneceu vinculado à Casa Civil da Presidência da República.

A vinculação temporária praticamente inviabilizou providências para aquisição de sede própria e/ou melhoramento nas instalações atuais. O assunto deverá ser retomado em 2017, em que pese as medidas de contenção de despesas já anunciadas ao final do exercício de 2016.

Em 2016 o Instituto sofreu um dos maiores cortes orçamentários de sua história, sua LOA foi reduzida de R\$ 14.500.000,00 para R\$ 12.197.000,00. No exercício, o ITI executou 99,91% do Limite de Movimentação e Empenho disponibilizado para Custeio e Investimento. Dessa feita, mais uma vez o Instituto foi obrigado a demitir funcionários terceirizados, renegociar contratos, impor rigorosos controles de gastos, suspender investimentos e treinamentos, dentre outras medidas da espécie.

Registre-se que o ITI, desde sua criação em 2002, opera com a mesma estrutura, limitada a apenas 41 DAS, e sem dispor de quadro próprio de servidores, é obrigado a valer-se de mão de obra terceirizada para serviços de suporte a usuários e infraestrutura de TI e apoio administrativo. Não dispõe de prédio próprio, ficando sujeito a variações de mercado relativas a custo de aluguel. A terceirização aliada à falta de prédio próprio acarreta grande impacto orçamentário, limitando avanços em investimentos imprescindíveis na área tecnológica.

*Por fim, o crescimento em todos os sentidos comprova que a Infraestrutura de Chaves Públicas do Brasil – ICP – Brasil assume cada vez mais papel preponderante no desenvolvimento nacional e o ITI é o responsável por assegurar seu pleno funcionamento 24 horas por dia, 7 dias por semana e 99,99% de disponibilidade, garantindo o uso da melhor tecnologia em segurança da informação.*

### **3.6. Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho**

A Nota Técnica nº 01/2015 – GTT Indicadores – ITI, de 30/09/2015 propôs o estabelecimento de Indicadores de Gestão, homologados pela Superior Administração, cujos resultados para o exercício de 2016 foram:

### 3.6.1. Disponibilidade do Sistema de Certificação Digital ICP – Brasil:

**Índice:** disponibilidade de 99,99%, 24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano, com parada anual máxima de 52 minutos.

**Responsável:** O índice será controlado e informado pela CGSI/DINFRA.

**Resultado 2016:** A fim de atender às normas em vigor, são disponibilizadas 03 (três) infraestruturas redundantes e completamente distintas que respondem pelo mesmo domínio “icpbrasil.gov.br”. Assim, somente haverá indisponibilidade do repositório da AC Raiz quando todos os servidores que disponibilizam os serviços para acesso dos usuários através da Internet estiverem simultaneamente indisponíveis, o que não aconteceu no ano de 2016. No caso de indisponibilidade de alguma infraestrutura, o serviço poderá sofrer alguma degradação no acesso proporcional ao número de servidores indisponíveis, porém o conteúdo manter-se-á acessível.

Considera-se sítio de Internet cada infraestrutura composta por servidores, ativos de rede, endereçamentos IP, etc., independentes para o provimento dos serviços. A tabela abaixo demonstra os servidores de certificados e LCRs da AC-Raiz, com respectivos sítios:

**Tabela 26 - A.3.6.1. Sítios de Internet**

Sítios Internet (provedor de endereçamento e conteúdo com infraestrutura independente)
Sítio de Internet Principal
Sítio de Internet de Backup
Sítio de Internet de Contingência

Atualmente é utilizada a ferramenta de monitoramento denominada “Nagios 4.2.0” para aferição da disponibilidade de equipamentos, links e conteúdos.

Os resultados do monitoramento em 2016 indicam que o servidor da AC-RAIZ\_ICPBrasil do Sítio de Internet Principal, permaneceu 99,988% do tempo disponível, o servidor da AC-RAIZ\_ICPBrasil do Sítio de Internet de Backup, permaneceu 99,977% do tempo disponível e o servidor da AC-RAIZ\_ICPBrasil do Sítio de Internet de Contingência, permaneceu 99,869% do tempo disponível.

Assim, pode-se concluir que o repositório de LCR, DPC e certificados da Autoridade Certificadora Raiz da ICP - Brasil se manteve disponível e acessível durante todo o ano de 2016, ou seja, a disponibilidade foi de 100% atendendo plenamente o percentual mínimo de 99,99% definido no DOC-ICP-01.

### 3.6.2. Auditoria, Fiscalização e Credenciamentos:

**Índice:** composto pelo número de Auditorias Operacionais previsto na norma, meta anual mínima de 30 Fiscalizações dos Prestadores de Serviço de Certificação Digital – ICP - Brasil e análise de 90% dos pedidos de Credenciamento de AC, ACT e AR, na proporção de 50% para Auditorias Operacionais, 30% para Fiscalizações e 20% para Credenciamentos, respectivamente, formando um índice anual de 100%.

**Responsável:** O índice será controlado pela CGAF/DAFN.

**Resultados 2016:** Atingido Índice de 69,08%. O resultado da Auditoria Operacional foi prejudicado em função da elevada demanda por Credenciamentos de AC, ACT e AR, cuja análise foi priorizada, considerando-se os benefícios que o crescimento da infraestrutura de atendimento proporciona para a Massificação do Uso da Certificação Digital ICP – Brasil.

**Tabela 27 - A.3.6.2. Resultados por Tipo de Atividade**

TIPO DE ATIVIDADE	PREVISTO	REALIZADO	META REALIZADA %	INDICADOR DE GESTÃO %
Auditoria Operacional	19	12	63%	31,58%
Fiscalizações em PSC	24	14	58%	17,50%
Auditoria de Credenciamento AC, ACT E AR	57	166	291%	20,00%
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>192</b>	<b>192%</b>	<b>69,08%</b>

### 3.6.3. Normatização e Pesquisa em Certificação Digital ICP – Brasil:

**Índice:** 90% de atendimento das demandas por normas e pesquisas realizadas.

**Responsável:** O índice será controlado pela CGNP/DAFN.

**Resultados 2016:** As demandas de Normas e Pesquisas provenientes do Comitê Gestor da ICP – Brasil, COTEC e ITI, definidas nas reuniões dessas entidades no decorrer de 2016, foram:

**Tabela 28 - A.3.6.3. Demandas de Normas e Pesquisas**

Demanda	Executado
01 Biometria complementação	IN-01, IN-04
02 Gestão de OIDs – Atualização de Arcos	IN-02, IN-10
03 Revisão dos MCT	MCT 7 Vol I e II – site ITI
04 Desenvolvimento Plug-in PAdES ICP-Brasil	Plug-in entregue
05 Criação de Controles PSBIO	ADE 08-E

06 Atualização de Controle de AC e AR	ADE 08-E
07 Criação dos Controles de ACT	Não iniciado
08 Esclarece regulamentos diversos	IN-17
09 Revisão Assinatura Digital	IN-06
10 Atualização de LPAs	Repositório ITI
11 Regulamenta reforço no processo de emissão	IN-16
12 Programa de Raízes Confiáveis nos navegadores	IN-07
13 Institui cadeia v5 nas PAs	IN-03
14 Gestão de OIDs – Novos OIDs de PC, PA e LPA	ADE 04.01 Site ITI
15 Fluxo simplificado de comunicação	IN-05
16 Instituição do cadastro nacional de nomenclaturas	IN-08
17 Complementa geração do IDN	IN-09
18 Correção em requisito de Certificado de Atributo	IN-11
19 Critérios operacionais progr. Raízes confiáveis	IN-12
20 Gerenciamento de chave do IDN	IN-13
21 Regulamenta envio de certificados e biometrias	IN-14
22 Regulamenta envio de informações de validação	IN-15
23 Consulta Pública Padrão da Carteira Estudante	Site ITI
24 Consulta Pública Políticas de Assinatura	Site ITI
25 Nota técnica sobre novas versões de PA e LPA	Site ITI
26 Nota técnica sobre correção PA PAdES e LPA	Site ITI
27 Nota Técnica sobre reforço das mudanças nas PA	Site ITI
28 Nota Técnica sobre adiamento de revogação das PA	Site ITI
29 Procedimentos de validação/verificação	ADE 05.02-A – Site ITI
30 Métodos Interface Lista Negativa	ADE 05.02-B – Site ITI
<b>Meta de 90% - Conforme Portaria nº 01/2015:</b>	<b>Percentual Realizado: 97%</b>

A CGNP/DAFN atendeu a 97% (noventa e sete pontos percentuais) das demandas por normas e pesquisa no exercício de 2016.

#### **3.6.4. Promoção e Disseminação do Uso da Certificação Digital ICP – Brasil:**

**Índice:** 100% das ações de promoção, cuja composição é: 30% relativo a 42 boletins semanais, 20% relativo a, pelo menos, um CertForum anual, 20% relativo à publicação de um exemplar anual da Revista Digital, ainda que somente por meio eletrônico, 20% relativo a, pelo menos, 125 notícias anuais sobre Certificação Digital e 10% relativo a participação em, pelo menos, 10 eventos da área ou palestras sobre Certificação Digital.

**Responsável:** O índice será controlado pela ASCOM/ITI.

**Resultados 2016:** A meta de ações de promoção foi plenamente atendida, conforme quadro

abaixo:

**Tabela 29 - A.3.6.4. Resultados por Tipo de Atividade de Promoção**

<b>Tipo de Atividade</b>	<b>Meta %</b>	<b>Previstas</b>	<b>Realizadas</b>	<b>Meta Realizada %</b>
Boletins Semanais	30%	42	42	30%
Notícias sobre Certificação Digital	20%	150	175	20%
Revista Digital	20%	1	0	0%
CertForum	20%	2	2 – Brasília e Porto Alegre	20%
Participação em Eventos	10%	10	10 Eventos	10%
<b>Índice de Atendimento – 100%</b>				80%

No exercício de 2016 foram publicados no site do ITI 42 Boletins Digitais. A drástica redução da LOA em 2016 inviabilizou a produção da Revista Digital.

No intuito de divulgar e popularizar os benefícios da Certificação Digital, o ITI participou da quarta edição do Seminário Nacional de Certificação Digital, nos dias 15 e 16 de junho/2016, em São Paulo, paralelamente à 21ª. *Cards Payment & Identification*, maior feira de tecnologia para o setor de cartões, meios eletrônicos de pagamento, identificação e certificação digital da América Latina. No evento foram abordados os seguintes temas:

- Os benefícios do Prontuário Eletrônico do Paciente – PEP;
- Desmaterialização de Processos na administração pública paulista, *cases* de contratos de câmbio assinados com certificado digital ICP – Brasil;
- Palestra sobre o projeto “100% Digital” do TJSP e apresentação do software “*Blue Crystal*” que permite a realização de assinaturas no padrão ICP – Brasil.

No segundo semestre de 2016 foi realizado no período de 23 a 25/08/2016 em Brasília o 14º CertFórum – Fórum de Certificação Digital. O evento teve por finalidade discutir os usos e benefícios da certificação digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas – ICP – Brasil. Foram destaques no evento:

- Lançamento do e-book “Curso de Direito da Certificação Digital – ICP – Brasil”, de autoria do Procurador Federal Chefe do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI, Dr. André Garcia;
- Usos do Certificado Digital nas aplicações do Governo: e-social e o projeto de identificação com biometria facial nos aeroportos brasileiros (RFB - Receita Federal do Brasil), Portal

Empresa Simples (Sec. Especial da Micro e Pequena Empresa);

- c) Benefícios da Certificação Digital para Contadores;
- d) Biometria na ICP – Brasil;
- e) Credenciamento de Prestador de Serviço Biométrico – PSBio da ICP – Brasil – CertiBio;
- f) Desenvolvimento e uso do prontuário eletrônico da Rede Amil;
- g) A Assinatura Digital e seus efeitos jurídicos;
- h) O uso do Certificado Digital e seus efeitos jurídicos;
- i) O uso do Certificado Digital como instrumento de trabalho do advogado; e
- j) O Processo Judicial Eletrônico – PJ-e, versão 2, que possibilita o peticionamento em meios móveis.

O Fórum de Certificação Digital também foi realizado em Porto Alegre/RS em 05/10/2016, com destaque para as seguintes palestras:

- a) Representante do BANRISUL explicou como funciona a emissão de certificados ICP - Brasil no BANRISUL e deu destaque à capilaridade da rede de emissão de certificados em todo o estado gaúcho;
- b) Representante da Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – PROCERGS tratou sobre a adesão do Rio Grande do Sul à certificação digital e sobre o desenvolvimento de sistemas para a administração pública local com o intuito de tornar os processos mais ágeis, seguros e menos burocráticos;
- c) O Presidente da Junta Comercial do estado do Rio Grande do Sul abordou a implantação da Junta Digital Estado; e
- d) Representante da Divisão de tecnologia da Informação do Instituto-Geral de Perícias do Rio Grande do Sul – IGP/RS mostrou como a certificação digital melhorou a produção de laudos periciais na Instituição.

O Instituto esteve presente nos principais eventos voltados à segurança da informação, desmaterialização de processos, defesa e iniciativas afins, tais como:

- a) IV Encontro Nacional dos Presidentes, Executivos, Comerciais e Gestores das Autoridades de Registro da Rede AC CACB de Certificação Digital;
- b) Fórum *Security Leaders*, em 17/03/2016, Brasília – DF;
- c) Debate sobre Sistema Biométrico da ICP – Brasil, com participação de ACs públicas e privadas, realizado no ITI, em 16/03/2016;
- d) ENAJ 2016 – Encontro Nacional de Juntas Comerciais, onde foi proferida a palestra “Aspectos da utilização da certificação digital” durante o painel “A padronização da adoção da



- certificação digital nos atos empresariais”, dia 14/04/2016 em Ouro Preto-MG;
- e) Debate sobre Biometria e Certificação Digital, realizado no dia 03/05/2016 com participação do ITI e da Certisign/Certibio;
- f) Congresso “Advocacia na era digital”, realizado no dia 22/11/2016, no Rio de Janeiro, promovido pela Diretoria de Inclusão Digital e a Comissão de Direito e Tecnologia da Informação – CDTI da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Rio de Janeiro – OAB/RJ.

### **3.6.5. Pareceres e Notas Técnicas:**

**Índice:** 95% de atendimento das demandas por Pareceres e Notas Técnicas.

**Responsável:** O índice será controlado pela PFE/ITI.

**Resultados 2016:** No exercício de 2016 houve 100% de atendimento das demandas por Pareceres e Notas Técnicas, consubstanciados em 322 Pareceres, 804 Notas Técnicas, 206 Ofícios e 263 Memorandos.

### **3.6.6. Execução Orçamentária:**

**Índice:** 95% de execução orçamentária do limite de movimentação e empenho autorizado para o exercício.

**Responsável:** O índice será controlado pela CPO-COF/CGPOA.

**Resultados 2016:** Em 2016 o Instituto sofreu um dos maiores cortes orçamentários de sua história, sua LOA foi reduzida de R\$ 14.500.000,00 para R\$ 12.197.000,00. No exercício o Instituto executou 99,91% do Limite de Movimentação e Empenho disponibilizado para Custeio e Investimento.

Assim, os resultados dos Indicadores de Gestão – Exercício 2016 demonstram que o ITI cumpriu seus objetivos institucionais, em que pese as sérias restrições orçamentárias impostas à Autarquia, que obrigaram à suspensão de aquisições de material de consumo, investimentos, treinamentos e redução de todas as demais despesas, inclusive com demissão de terceirizados, renegociação de contratos, dentre outras medidas de contingenciamento adotadas no período.

## 4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

### 4.1. Descrição das Estruturas de Governança

O ITI foi transformado em Autarquia Federal pela Medida Provisória 2.200-2, de 24/08/2001 e, de acordo com a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão, aprovados pelo Decreto 4.500/2002, não foi contemplado com a unidade de auditoria interna. A forma de atuação dos controles internos está demonstrada no Quadro A.3.1, item 3.2.

O ITI conta com o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação – CETI que assessora a alta direção quanto às questões relativas as demandas de tecnologia, em conformidade com as exigências legais.

No âmbito da Autoridade Certificadora Raiz da ICP – Brasil o ITI participa do Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas – CG ICP – Brasil, instituído pela Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, que exerce a função de autoridade de políticas da ICP – Brasil. Participa ainda da Comissão Técnica Executiva do Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – Cotec/CG-ICP-Brasil, que tem o objetivo de realizar estudos e pesquisas de cunho técnico sobre assuntos ligados à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

O Instituto pode se valer de auditorias externas, como é caso dos trabalhos realizados pela PriceWaterHouse, desde que destinados a verificar a conformidade de procedimentos da Autoridade Certificadora Raiz da ICP – Brasil. A contratação permanente desse tipo de serviço tem sido afetada pela limitação orçamentária imposta, que vem reduzindo a cada ano os recursos orçamentários passíveis de movimentação e empenho, de forma que a contratação desses serviços tem sido pontual.

### 4.2. Informações sobre Dirigentes e Colegiados

O ITI não conta com Colegiados e seu quadro Diretivo é composto pelos seguintes profissionais:

Tabela 30 - A.4.2. Dirigentes e Colegiados

<i>Dirigentes</i>	
Diretor-Presidente	Renato da Silveira Martini
Diretor de Infraestrutura de Chaves Públicas – DINFRA	Maurício Augusto Coelho
Diretor de Auditoria, Fiscalização e Normalização – DAFN	Pedro Paulo Lemos Machado
Coordenador-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração - CGPOA	Liomar Santos Torres
Procurador Federal - Chefe	André Pinto Garcia

### **4.3. Atuação da unidade de auditoria interna**

No decorrer do exercício de 2016, a atuação do auditor interno foi basicamente no sentido de prestar orientações aos administradores, evitando possíveis falhas e irregularidades no curso de processos administrativos do Instituto, bem como análise de processos administrativos concluídos, para a certificação dos atos praticados sem, contudo, elaborar relatórios.

Destaca-se que o Instituto não possui, em sua estrutura regimental, a unidade de auditoria interna, tendo sido designado um profissional para atuar as funções de auditor interno, em cumprimento à legislação vigente.

### **4.4. Atividades de Correição e de Apuração de Ilícitos Administrativos**

Esta Unidade Jurisdicionada está vinculada, para fins de correição, à Secretaria de Controle Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República (CISSET/SG/PR), conforme determina § 3º do Art. 2º do Decreto nº 5.480, de 30 de julho de 2005, a qual exerce as atribuições de unidade seccional de correição dos órgãos integrantes da Presidência da República e da Vice-Presidência da República.

A Presidência e a Vice-Presidência da República passaram a contar com estrutura correcional própria a partir da entrada em vigor do Decreto nº 7.688, de março de 2012, que em seu inciso XII do Art. 21 do ANEXO I estabeleceu que aquela Setorial de Controle Interno atuaria na prevenção e apuração de ilícitos disciplinares no âmbito dos órgãos integrantes da Presidência da República, das entidades a eles vinculadas e da Vice-Presidência da República, por meio do acompanhamento, instauração e condução de procedimentos correcionais.

Após a criação da estrutura específica, a CISSET/SG/PR estabeleceu por meio da Portaria CISSET/SG/PR nº 13, de 21 de dezembro de 2012, publicada no DOU de 24/12/2012, Seção 1, página 3/5, os procedimentos que seriam adotados para condução dos trabalhos correcionais na PR e VPR, dos quais podemos destacar os seguintes itens: I) inspeções de correição; II) acompanhamento na condução de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares; III) auxílio ao Gestor na tomada de decisões de procedimentos disciplinares; IV) realização do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC em infrações disciplinares de menor gravidade; V) Processo Administrativo de Fornecedores, etc..

Destaca-se que no âmbito da Autarquia não foi registrado, no exercício de 2016, quaisquer ocorrências e irregularidades para subsequente instauração de processo de apuração e punição ao infrator.

## 4.5. Gestão de Riscos e Controles Internos

### 4.5.1. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Tabela 31 - A.4.5.1. Avaliação do Sistema de Controles Internos da Unidade

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela Unidade são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da Unidade é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da Unidade na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da Unidade.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela Unidade.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da Unidade ocasionada por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da Unidade, claramente estabelecidas.			X		

20. As atividades de controle adotadas pela Unidade são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela Unidade possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela Unidade são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para Unidade é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela Unidade são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da Unidade é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da Unidade, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da unidade, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da Unidade é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da Unidade tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da Unidade tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
<b>Análise Crítica:</b>					
A execução dos trabalhos de avaliação envolveu a participação das diversas áreas e buscou demonstrar a estrutura de Controles Internos desta Autarquia, evidenciando a suficiência desses controles para garantir, com razoável certeza, o cumprimento dos objetivos do Instituto em termos de eficiência, efetividade operacional, confiabilidade das informações e conformidade com as leis e normas aplicáveis.					
<b>Escala de valores da Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b> .					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b> .					
(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto					

Importa salientar, contudo, que inobstante a criação do referido Órgão de Correição no âmbito da Ciset/SG/PR, em nada se altera a competência originária desta Unidade Gestora quanto à instauração de procedimentos apuratórios, tendo em vista o que dispõe o Art. 143, da Lei 8.112/90 ou legislação equivalente.

#### 4.6. Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

O Comitê Gestor da ICP-Brasil aprovou, por meio da Resolução nº 106, de 25 de agosto de 2015, a contratação de empresa de auditoria independente para auditar o ambiente operacional da Autoridade Certificadora Raiz - AC Raiz e seus prestadores de serviço de suporte, segundo as normas e padrões estabelecidos para própria ICP-Brasil e, ainda, segundo os normativos

internacionais *WebTrust*, nos exercícios de 2015 a 2019.

Dessa forma, através do Contrato nº 05/2015, firmado entre o ITI e a empresa *Ernst & Young* Auditores Independentes S/S, foi realizada a auditoria baseada nos normativos vigentes, denominados DOC-ICP-01 e DOC-ICP-02, e documentos *Webtrust*, para o período de 12 de setembro de 2014 a 11 de setembro de 2015 (exercício 2015), cujos Pareceres Resumo, em português e, também, em inglês, devidamente aprovados pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil, através da Resolução nº 117, de 09 de dezembro de 2015, encontram-se disponíveis em <http://www.iti.gov.br/icp-brasil/comite-gestor>.

Vale ressaltar que, de acordo com os relatórios apresentados pela empresa de auditoria independente contratada, a AC Raiz está em conformidade com os normativos *WebTrust*, o que facilita o estabelecimento de acordos internacionais, e em nível de conformidade aceitável com os normativos DOC-ICP-01 e DOC-ICP-02 da ICP-Brasil, conforme critérios para emissão de parecer de auditoria da ICP-Brasil, disponível em <http://www.iti.gov.br/images/twiki/URL/pub/Certificacao/AdeIcp/ADE-ICP-08-F-v-1.0-Conceitos.pdf>.

## 5. ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

### 5.1. Gestão de Pessoas

#### 5.1.1. Estrutura de pessoal da Unidade

Inicialmente destaca-se que, como esta Autarquia não dispõe de quadro próprio de servidores, sua força de trabalho é composta por 41 cargos de DAS, aprovada pelo Decreto 4689/2003, distribuídos entre servidores requisitados de outros órgãos e servidores nomeados sem vínculo, além de 03 cargos ocupados, das 05 vagas de Analista em Tecnologia da Informação – ATI, destinadas a esta Unidade.

O ITI, como órgão integrante do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal (SIPEC), utiliza o sistema SIAPE como fonte de execução e consulta de todos os dados referentes a cadastro e pagamento de pessoal. Como registrado anteriormente, dada a ausência de quadro próprio, não há pessoal inativo e pensionista, tendo cadastrado na folha de pagamento da Unidade, somente o pessoal nomeado em cargos de comissão – DAS.

**Tabela 32 - A.5.1.1.1. Força de Trabalho da Unidade – Situação em 31/12/2016**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>08</b>	<b>34</b>	<b>03</b>	<b>05</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	00	00	00	00
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	<b>08</b>	<b>34</b>	<b>03</b>	<b>05</b>
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	00	00	00	00
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	08	06	01	00
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	00	00	00	00
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	28	02	05
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	00	00	00	00
<b>3. Servidores s/ Vínculo com a Administração Pública</b>	Não há	08	01	00
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>		<b>42</b>	<b>03</b>	<b>05</b>

Fonte: SIAPE

**Nota Explicativa:** Na coluna “Autorizada” foi considerado simplesmente o quantitativo de DAS previsto no Decreto 4689/2003, acrescido dos servidores de carreira em exercício descentralizado, disponibilizado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e da Advocacia-Geral da União.

O quantitativo da lotação efetiva, constante no subitem 1.2.4 e item 3, refere-se aos servidores requisitados e sem vínculos, ocupantes de DAS previsto no Decreto 4689/2003, que também consta no quadro A.7.1.1.3 abaixo, pois a força de trabalho da Autarquia é composta pelos ocupantes de DAS, servidores de carreira em exercício descentralizado e terceirizados.

Os servidores de carreira em exercício descentralizado, no quantitativo de cinco, refere-se aos Analistas de

Tecnologia da Informação, lotados no quadro do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e os procuradores federais, pertencentes ao quadro da Advocacia-Geral da União.

**Tabela 33 - A.5.1.1.2. Distribuição da Lotação Efetiva**

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
<b>1. Servidores de Carreira (1.1)</b>	13	21
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	13	21
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	00	00
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	06	00
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	00	00
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	07	21
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	00	00
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	05	03
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	18	24

Obs.: O pessoal lotado no Gabinete e na assessoria técnica foi considerado como atuante na área fim da Autarquia.

**Tabela 34 - A.5.1.1.3. Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da Unidade - Situação em 31/12/2016**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>		<b>38</b>	<b>03</b>	<b>05</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	00	00	00	00
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	<b>41</b>	<b>38</b>	<b>03</b>	<b>05</b>
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	00	00	00
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	05	01	00
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	25	00	04
1.2.4. Sem Vínculo	Não há	03	00	01
1.2.5. Aposentados	Não há	05	02	00
<b>2. Funções Gratificadas</b>	00	00	00	00
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	00	00	00	00
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	00	00	00	00
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	00	00	00	00
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>41</b>	<b>38</b>	<b>03</b>	<b>05</b>

Fonte: Decreto nº 5.420/2005, que dispõe sobre remanejamento de cargos em comissão para o ITI.

Observação: Conforme demonstrado no quadro acima, foram autorizados 41 cargos de Direção e Assessoramento Superior, não especificada a sua distribuição nos subitens 1.2.1 a 1.2.5.



### 5.1.2. Demonstrativo das Despesas com Pessoal

**Tabela 35 - A.5.1.2. Despesas de Pessoal**

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis							Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribui ções	Gratificações DAS	Adicio nais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercícios	2016	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
	2015	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
<b>Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade</b>											
Exercícios	2016	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
	2015	00	00	00	00	00	00	00	00	00	0
<b>Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade</b>											
Exercícios	2016	24.567	00	1.021.571	00	4.534	00	???????	00	00	1.046.138
	2015	23.971	00	1.143.306	00	1.337	00	38.216	00	00	1.206.830
<b>Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários) (ocupantes de Cargos de DAS)</b>											
Exercícios	2016	00	00	550.667	00	00	00	00	00	00	550.667
	2015	00	00	359.227	00	00	00	00	00	00	
<b>359.227 Servidores requisitados com ônus para a UJ</b>											
Exercícios	2016	3.894.543		349.096	00	00	00	00	00	00	4.243.639
	2015	3.770.824	00	361.870	00	00	00	00	00	00	4.132.160
<b>Servidores com contrato temporário</b>											
Exercícios	2016	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
	2015	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00

Fonte: SIAPE

### 5.1.3. Gestão de Riscos relacionados ao Pessoal

Registra-se que o ITI não possui quadro próprio de pessoal, nem tampouco Plano de Carreira, desde sua criação em 2001. Em 23/09/2013, o ITI solicitou à Casa Civil da Presidência da República, através do Ofício nº 74/2013-GAB/ITI/PR, a inclusão do ITI dentre as entidades autorizadas a adotar o Plano de Carreiras de C&T, previsto na Lei nº 8.691/93, para criação de quadro próprio, via concurso público. Ocorre que, apesar do Parecer favorável da Casa Civil, o pedido permanece sem resposta no âmbito MPOG.

Dessa feita, o Instituto é obrigado a valer-se de servidores de carreira “sem vínculo” cedidos por outros órgãos, servidores “sem vínculo” com administração pública e trabalhadores terceirizados para apoio administrativo. Os terceirizados, em que pese a seleção, muitas vezes têm alcance limitado e forte impacto nas despesas discricionárias do Instituto.

Áreas críticas, como a de controle da infraestrutura de comunicações, redes, sistemas e segurança da informação da área meio sofrem com ausência de profissionais próprios e suficientes para a sua gestão. Na área finalística, a carência de profissionais especializados na área de pesquisa em C&T e desenvolvimento tecnológico obriga o Instituto a valer-se de Acordos de Cooperação e Termos de Descentralização de Créditos para garantir a compatibilidade do sistema com avanços de novas Tecnologias da Informação.

**5.1.4. Contratação de Pessoal de Apoio e Estagiários**
**5.1.4.1. Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos (regular)**
**Tabela 36 - A.5.1.4.1.1. Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra**

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI													
UG/Gestão: 243001						CNPJ: 04.039.532/0001-93							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	2	O	07/2013	20.204.491/0001-08	08/04/13		5	3	0	0	0	0	P
2011	3	O	17/2011	02.781.209/0001-96	21/07/12	21/7/16	0	0	0	0	3	3	P
2016	3	O	04/2016	08.247.960/0001-62	01/06/16		0	0	0	0	3	3	A
2015	3	O	02/2015	01.936.069/0001-94	01/07/15		0	0	5	4	0	0	P
2013	4	O	06/2013	20.204.491/0001-08	04/04/13		4	3	0	0	0	0	P
2013	5	O	11/2013	20.204.491/0001-08	29/05/13		0	0	6	2	0	0	P
2012	11	O	08/2012	13.183.890/0001-66	03/04/12		0	0	25	19	0	0	P
2012	11	O	14/2012	13.183.890/0001-66	14/05/12		0	0	0	0	23	18	P
2012	11	O	13/2012	20.204.491/0001-08	14/05/12		0	0	15	09	0	0	P

**Observações:**
**LEGENDA**
**Área:**

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
12. Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

**Fonte:** Controle de Contratos do Órgão.

**Tabela 37 - A.5.1.4.1.2. Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da Unidade**

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2016	2015	2014		
Auxiliar Administrativo Níveis I, II e III	42	46	57	00	04
<b>Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão</b>					
<p>A variação entre os exercícios é decorrente de restrição orçamentária, que em determinado período, especificamente nos exercício de 2015, implicou na redução da força de trabalho terceirizada, o que afetou negativamente a administração da Unidade.</p> <p>Considerando-se a inexistência de Plano de Carreira, necessário para o estabelecimento de quadro próprio de servidores, o ITI se vê obrigado a continuar a contratar mão de obra para apoio administrativo, sem possibilidade de substituição até a solução da pendência.</p>					

### 5.1.4.2. Contratação de Estagiários

A contratação de estagiários no decorrer de 2016 está espelhada no quadro abaixo:

**Tabela 38 - A.5.1.4.2. Composição do Quadro de Estagiários**

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	04	04	03	03	
1.1 Área Fim	02	02	00	03	
1.2 Área Meio	02	02	03	00	
<b>2. Nível Médio</b>	00	00	00	03	
2.1 Área Fim	00	00	00	00	
2.2 Área Meio	00	00	00	03	
<b>3. Total (1+2)</b>	04	04	03	06	R\$ 11.044,33

**Fonte: SIAFI/SIAPE**

### Análise Crítica

O ITI não possui normas internas como regra de contratações de estagiários. Não há também um detalhamento das necessidades das áreas e dos objetivos que se espera alcançar com a atuação dos estagiários. As contratações de estagiários visam atender as demandas das áreas do Instituto. O baixo valor das bolsas na Administração Pública Federal é fator que contribui para a grande rotatividade de estagiários, o que prejudica a análise dos resultados alcançados por essa forma de trabalho.

Atualmente, as contratações de estagiários são realizadas para atender demandas não suportadas exclusivamente por servidores. Embora sejam observados os princípios norteadores da Administração Pública, não há uma política na definição institucional quanto à seleção de estagiários, cabendo a cada supervisor definir os critérios que entende mais relevantes, para o desempenho e competências que se esperam dos estagiários.

## 5.2. Gestão do Patrimônio da União

### 5.2.1. Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

O ITI não dispõe de imóvel próprio, em que pese as diversas gestões nesse sentido.

### 5.2.2. Cessão de espaços físicos e imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas

O ITI não dispõe de imóvel próprio e, portanto, não tem espaços físicos ou imóveis cedidos a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas.

### 5.2.3. Informações sobre imóveis locados de terceiros

O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação possui contrato de locação de imóvel localizado na área central de Brasília (SCN Quadra 02, Bloco E), com área de 3.200 m<sup>2</sup>, para as suas instalações, visto que não dispõe de imóvel próprio, não faz uso de imóveis de propriedade da União, e nem de imóveis funcionais.

Registra-se que a manutenção predial, no sentido de reparos do sistema elétrico e hidráulico, sempre que necessário, é solicitado para a Presidência da República, que disponibiliza seus técnicos para realizá-lo, ficando às expensas do ITI as despesas com manutenção do sistema de ar-condicionado, elevador, serviços de limpeza e vigilância.

**Tabela 39 - A.5.2.3.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros dela UJ	
		Exercício 2016	Exercício 2015
<b>BRASIL</b>	<b>DF</b>	<b>01</b>	<b>01</b>
	Brasília	01	01
<b>Subtotal Brasil</b>			
<b>EXTERIOR</b>	<b>PAÍS</b>	<b>00</b>	<b>00</b>
<b>Subtotal Exterior</b>		<b>00</b>	<b>00</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>01</b>	<b>01</b>

**Fonte:** Contrato nº 03/2016 - Processo nº 00100.000154/2016-49 – Dispensa nº 01/2016

As despesas com aluguel e manutenção do imóvel, no exercício de 2016, estão demonstradas no quadro a seguir:

**Tabela 40 - A.5.2.3.2. Despesas com Aluguel e Manutenção de Imóveis**

Natureza	Valor anual - R\$
Aluguel	1.850.872,44
Manutenção do sistema de Ar Condicionado	4.154,49
Manutenção com Elevador	7.773,75
Serviços de Limpeza e Conservação	131.972,79
Serviços de Vigilância Armada	615.983,40
Energia Elétrica – CEB	224.241,82
Água e Saneamento – CAESB	12.827,62
IPTU	43.549,28

Devido à restrição orçamentária, houve a necessidade de romper, temporariamente a

manutenção do sistema de ar-condicionado, bem como a redução de postos de serviços de limpeza e conservação, o que resultou, nesses dois quesitos, uma economia de 72,73% e 46,48% respectivamente, em relação ao exercício de 2015.

### **5.3. Gestão da Tecnologia da Informação**

#### **5.3.1. Principais Sistemas de Informação**

As informações sobre sistemas computacionais que estejam diretamente relacionados aos macroprocessos finalísticos e objetivos estratégicos da Unidade, assim as exigências de manutenções corretivas, preventivas, evolutivas e empresas contratadas estão relacionadas no Anexo 2.

#### **5.3.2. Informações sobre Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)**

O Instituto desenvolveu um Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI – 2015-2016, que norteia todas as decisões relativas a Tecnologia da Informação, conforme Anexo 1.

O Instituto dispõe de um Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação – CETI responsável por deliberar sobre as demandas de TI apresentadas pelas diversas áreas, assim como elaborar e aprovar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI. O Comitê é composto por 8 (oito) integrantes, a saber:

- a) Coordenador Geral de Planejamento, Orçamento e Administração;
- b) Coordenador Geral de Segurança da Informação;
- c) Coordenador Geral de Operações;
- d) Coordenador Geral de Auditoria e Fiscalização;
- e) Coordenador Geral de Normalização e Pesquisa;
- f) Chefe de Gabinete;
- g) Procurador Chefe; e
- h) Assessor de Comunicação.

No decorrer de 2016 foram realizadas 03 (quatro) reuniões nas seguintes datas: 24/02/2016, 20/05/2015, 22/09/2016 e 30/09/2016. Nas reuniões foram priorizados os sistemas e investimentos para o exercício de 2016, no entanto as limitações orçamentárias impediram avanços na renovação do parque tecnológico. Em termos de sistemas foi possível avançar conforme consta na análise crítica do item 3.5 – Desempenho Operacional, na questão de Evolução Tecnológica.

### **5.4. Gestão Ambiental e Sustentabilidade**

#### **5.4.1. Adoção de Critérios de Sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratação de serviços e obras**

Haja vista a inexpressividade do volume de licitações deste Instituto, a questão ambiental é contemplada sempre que possível, abrangendo também a aquisição de equipamentos de tecnologia da informação.

Em face das medidas de contingenciamento de despesas impostas pelo Governo Federal,

com redução de limites orçamentários nos exercícios de 2015 e 2016, a participação desta autarquia da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) ficou prejudicada com o arquivamento do processo licitatório nº 00100.000306/2013-61, Pregão Eletrônico/SRP 17/2014, referente à aquisição de materiais diversos, onde constavam equipamentos necessários para viabilizar a implementação e execução da coleta seletiva de resíduos recicláveis.

Com relação ao Plano de Gestão Logística Sustentável (PLS) de que trata o Art. 16 do Decreto 7.746/2012, encontra-se em fase de estudo/proposta em que pese o contingenciamento de funcionários desta autarquia para atender essa demanda.

## 6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

### 6.1. Canais de acesso do Cidadão

O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI, possui os seguintes canais públicos que permitem interação com o cidadão:

a) **Serviço de Informações ao Cidadão – SIC** – <http://www.iti.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/129-aceso-a-informacao/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic/716-servico-de-informacao-ao-cidadao-sic>

Os resultados de consultas ao SIC no exercício de 2016 foram os seguintes:

Tabela 41 - A.6.1. Quantitativo de Solicitações Via E-Sic / Email Sic

Mês	VIA e-SIC	VIA EMAIL SIC
JANEIRO	2	24
FEVEREIRO	5	24
MARÇO	11	17
ABRIL	10	34
MAIO	6	37
JUNHO	6	24
JULHO	4	18
AGOSTO	7	28
SETEMBRO	5	32
OUTUBRO	8	27
NOVEMBRO	7	24
DEZEMBRO	2	29
<b>TOTAL ANUAL</b>	<b>73</b>	<b>318</b>

b) **Portal oficial na Internet - ITI** - [www.iti.gov.br](http://www.iti.gov.br) - Em 2016, houve 1.397.718 visitas, sendo 1.099.351 visitantes únicos. Ao todo, a página foi visualizada 4.400.044. O tempo médio de visita é de 00:02:31. Essas informações são fornecidas pelo serviço gratuito do Google Analytics. Em comparação a 2015, isso reflete um aumento de 10,89% no número de visitas.

c) **Portal do Verificador de Conformidade de Assinaturas Digitais ICP – Brasil** – <https://verificador.iti.gov.br/> - Em 2016 houve 7.640 visitas, sendo 4.625 usuários únicos. O tempo médio de visita é de 00:01:50. Essas informações são fornecidas pelo serviço gratuito do Google Analytics.

d) **CertForum** – [certforum.iti.gov.br](http://certforum.iti.gov.br) - houve 471 visitas, sendo 356 visitantes únicos. Ao todo, a página foi visualizada 877. O tempo médio de visita é de 00:01:48. Essas informações são fornecidas pelo serviço gratuito do Google Analytics.

## **Redes Sociais**

Com foco na governança participativa combinada à facilidade de uso das plataformas de mídias sociais que promovem o relacionamento entre a sociedade e governo, a ASCOM deu continuidade à presença do ITI nas redes sociais, e em 2016 utilizou-se do Twitter para divulgar links encurtados que redirecionavam para o sítio do Instituto. Houve um crescimento de 11,79% no número de seguidores, passando de 936 para 1.061.

Sua página no Facebook – [facebook.com/iti.icpbrasil](https://facebook.com/iti.icpbrasil) conta atualmente com 4.018 opções 'curtir'. Houve um crescimento de 30.51% no número de opções 'Curtir'.

## **6.2. Carta de serviços ao Cidadão**

O Instituto não presta serviços diretamente ao cidadão, atua no credenciamento de entidades que prestarão serviços no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas – ICP – Brasil. No entanto, apesar de não dispor de uma Carta de Serviços ao Cidadão, disponibiliza em sua página na Internet – [www.iti.gov.br](http://www.iti.gov.br) – informações sobre todos os serviços relativos ao Sistema Nacional de Certificação Digital, onde é possível encontrar cartilhas, *folders* e manuais sobre a matéria, assim, como toda as leis, normas e regulamentos aplicáveis à matéria e um Manual de Perguntas e Respostas Jurídicas. Caso o cidadão deseje uma informação mais específica, pode ainda contatar o Instituto por e-mail, redes sociais, etc.

## **6.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários**

Em virtude de limitação orçamentária, não foi possível a contratação de serviço especializado para mensuração da satisfação dos usuários de nossos canais. Registre que o ITI opera no mesmo patamar orçamentário há mais de quatro anos, sendo que os reajustes contratuais e despesas gerais vêm sendo compensados com cortes em pessoal e investimento.

## **6.4. Mecanismo de transparência das informações relevantes sobre a atuação da Unidade**

O ITI mantém uma página na Internet – [www.iti.gov.br](http://www.iti.gov.br) – onde disponibiliza todos os dados sobre o Instituto, tais como Planejamento Estratégico e o acompanhamento de cada uma das ações estratégicas, relatórios de gestão, organograma, composição do quadro de pessoal, legislação, normas e regulamentações aplicáveis, cartilhas, *folders*, manuais e revistas sobre certificação digital, informações técnicas e educativas sobre a ICP – Brasil, Comitê Gestor, dentre outras informações que possam interessar à sociedade.



## 7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

### 7.1. Desempenho Financeiro do Exercício

O Balanço Financeiro demonstra as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie (disponível) provenientes do exercício anterior, e os que são transferidos para o exercício seguinte.

Registre-se que as Demonstrações Contábeis constam na parte dos Anexos

Com relação às receitas e despesas orçamentárias e extra-orçamentárias, constantes no Balanço Financeiro, são demonstrados os “**movimentos financeiros**”, ou seja, o somatório das operações realizadas durante o exercício.

Resumidamente o Balanço Financeiro de 2016 pode ser demonstrado:

**Tabela 42 - A.7.1. Balanço Financeiro Resumido**

Receita		Despesa	
<b>Ingressos</b>	<b>20.727.218,25</b>	<b>Dispêndios</b>	<b>19.644.146,39</b>
Receita Orçamentária	624.035,17	Despesa Orçamentária	17.634.125,79
Transferências Financeiras	18.334.296,07	Transferências Financeiras	1.276.554,34
Receita Extra-Orçamentária	1.768.887,01	Despesa Extra-Orçamentária	733.466,26
Saldo do Exercício anterior	1.510.620,39	Saldo para o Exercício seguinte	2.593.692,25
<b>Total</b>	<b>22.237.838,64</b>	<b>Total</b>	<b>22.237.838,64</b>

As informações sobre o fluxo financeiro da Autarquia, demonstrado no Balanço Financeiro, evidencia os ingressos e dispêndios no exercício, com o fechamento do saldo de dispêndio para o exercício seguinte na ordem de R\$ 2.593.692,25, que foi contemplado com o saldo de R\$ 1.510.620,39 de ingressos do exercício anterior. Isso demonstra que no exercício de 2016, os ingressos superaram os dispêndios, em R\$ 1.083.071,86.

Em 2016, a exemplo do exercício de 2015, devido às restrições orçamentárias e financeiras imposta pelo governo federal, impactou em redução de gastos significativos nas despesas de custeio, ocasionando dificuldades para cumprir os seus compromissos, tendo sido necessário a supressão de diversos postos de serviços de contratos terceirizados, notadamente os serviços de vigilância e limpeza, comprometendo a segurança institucional.

Além disso, o andamento das fiscalizações do Instituto restou prejudicado, por falta de recursos para custear despesas com diárias e passagens para seus profissionais na execução de seus serviços em outras unidades federativas.

## **7.2. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.**

Adotaram-se os critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, principalmente o disposto contido nas NBCT 16.9 e NBCT 16.10, bem como os critérios e procedimentos contábeis adotados para a realização da depreciação de itens do patrimônio definidos na Macrofunção 020330 da Secretaria do Tesouro Nacional. Estes são apurados pela Área de Controle Patrimonial, e contabilizados de acordo com o Regime de Competência.

A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica dos bens teve como parâmetro a tabela descrita na Macrofunção 020330.

A metodologia adotada no cálculo da depreciação foi compatível com a vida útil econômica do ativo e aplicada uniformemente, utilizando-se as taxas descritas na macrofunção 020330, com observância ao percentual aplicado ao valor residual dos bens do Órgão.

Não houve aquisições e nem baixas de materiais permanentes, não impactando qualquer alteração do saldo da conta contábil 1.2.3.1.0.00.00 – Bens Móveis, em relação ao ano anterior. Destaca-se que em 2016, os critérios contidos na NBC T 16.9 foi aplicada para a depreciação dos bens patrimoniais, não tendo ocorrido avaliação e reavaliação dos bens patrimoniais da Autarquia.

Não são aplicáveis a esta Autarquia, os seguintes itens:

a) Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas, devido à pequena estrutura, e a existência de somente uma unidade gestora.

b) Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 b) Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, uma vez que não possuem fatos relevantes.

## **7.3. Sistemática de apuração de custos no âmbito da Entidade**

As tarifas constam publicadas no site do Instituto: <http://www.iti.gov.br/imagens/twiki/URL/pub/Certificacao/DocIcp/DOC-ICP-06 - v. 3.0.pdf> e fazem parte do DOC ICP-06 – DIRETRIZES DA POLÍTICA TARIFÁRIA DA AUTORIDADE CERTIFICADORA RAIZ DA ICP-BRASIL, versão 3, de 01/12/2008:

1 - A emissão de certificados pela Autoridade Certificadora Raiz da ICP - Brasil, para as Autoridades Certificadoras que lhe são diretamente vinculadas, constitui serviço a ser prestado mediante a cobrança de tarifas.

2 - As tarifas cobradas em virtude da prestação do serviço de emissão de certificados importaram em R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), correspondente à renovação de 06 (seis) certificados já existentes.

3 - A auditoria pré-operacional para credenciamento de uma Autoridade de Carimbo do Tempo na ICP - Brasil constitui serviço a ser prestado mediante a cobrança de tarifa no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

4 - A Administração Direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios está dispensada do pagamento das tarifas a que se referem os itens 1 e 3 deste documento.

5 - A emissão de certificado para as Autoridades Certificadoras e para os equipamentos das Autoridades de Carimbo do Tempo que não se enquadram no item 4, acima, somente poderá ser realizada após o pagamento da tarifa respectiva.

No exercício de 2016 não houve alteração nas tarifas cobradas, e a elevação de custos é decorrente da indexação dos contratos existentes e das demais despesas operacionais da Unidade, não sendo possível uma apuração específica para cada serviço, haja vista que o produto é entregue sob demanda.

#### **7.4. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas**

Inserido no campo dos anexos

## 8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

### 8.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Em 2016, não houve recomendações do Tribunal de Contas da União, entretanto o ITI foi notificado, por aquele Tribunal, mediante Ofício nº 2293/2016-TCU/Selog, que trata de representação formulada pela empresa Connectcom Teleinformática Comércio e Serviços Ltda, para prestar justificativas, acerca de eventuais irregularidades relacionadas ao Pregão Eletrônico 06/2016, objeto do Acórdão nº 6836/2016-TCU – 1ª Câmara, proferido no processo TC 022.148/2016.

As justificativas foram prestadas, mediante documentos comprobatórios, com entrada no protocolo do Tribunal de Contas da União, em 02/12/2016, sob o número 56520.698-5.

### 8.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Inicialmente, destaca-se que o quadro abaixo trata das recomendações apontadas pelo controle interno, referente ao Relatório de Auditoria nº 05/2014, sobre as contas do exercício de 2013. Nos exercícios de 2014 e 2015 diversas providências foram adotadas para o cumprimento das recomendações do controle interno. Entretanto somente uma das recomendações foi acatada pelo órgão de controle interno. As demais continuam em andamento, dadas as dificuldades encontradas para cumpri-las até o final do exercício de 2016.

UNIDADE JURISDICIONADA			
DENOMINAÇÃO COMPLETA			Código SIORG
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			0477388
RECOMENDAÇÕES DO OCI			
RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO OCI			
ORD EM	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	05/2014	Achados de Auditoria subitens 1.1.1, 2.1.1, 3.1.1, 4.1.1	Ofício nº 278/2014/COFIP/CISET/SG-PR
02	Nota Técnica nº 29/2014-COFIP/CISET/SG-PR	Fato 2	Ofício nº 594/2014/COFIP-CISET-SG-PR
ÓRGÃO/ENTIDADE OBJETO DA RECOMENDAÇÃO			Código SIORG
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			0477388
DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO			

- 1) Desenvolver indicadores que possibilitem a mensuração da concretização de seus objetivos institucionais
- 2) Elaboração e aprovação de Regimento Interno da Autarquia, conforme previsto no art. 4º do Decreto 4.689/2003;
- 3) Adotar providências para prover a área de compras e contratações de servidores efetivos de forma a cessar a subordinação direta de terceirizados na atividade, de forma definitiva;
- 4) Envidar esforços no sentido de institucionalizar a Unidade de Auditoria Interna do Órgão, estruturando-a com recursos humanos e logísticos suficientes ao bom desempenho de suas competências, cujas atribuições deverão estar previstas em Regimento Interno.
- 5) Uso de veículo do ITI nos itinerários casa x trabalho x casa em período de atestado médico. O valor recolhido não corresponde ao total devido.

#### PROVIDÊNCIAS ADOTADAS

- 1 – Quanto aos indicadores, foi concluído pela equipe designada pela Portaria nº 24/2014.
- 2 - A proposta final de **Regimento Interno**, foi concluído e encaminhado à Casa Civil/PR em 02/10/2015, por meio do Ofício nº 048/2015-GAB/ITI/PR, para fins de avaliação e aprovação pelo Ministro daquela Casa.
- 3 - A **subordinação de empregados** – o fato é que a ausência de plano de carreira e a indisponibilidade de cargos impedem uma gestão mais efetiva, real e concreta, pois o afastamento da mão de obra terceirizada importa na descontinuidade dos serviços. Tal solução, em caráter peremptório, depende da inserção de servidores nesta autarquia, o que não prescinde a criação de cargos (plano de carreira) ou acréscimos de funções comissionadas. Há de ressaltar, também, que a falta de pessoal efetivo não constitui uma reserva da área meio, aliás, a maior criticidade reside nas atividades fins e estratégicas, notavelmente, com impacto na missão institucional;
- 4 - Com relação à **Auditoria Interna** em 30/04/2014, por meio da Portaria nº 10/2014, foram designados dois servidores distintos, um para auditor interno, e outro para o exercício da contadoria interna, o que em tese atende a segregação de função devida. Consta nos autos do Processo nº 00100.000123/2014-26 remessa da indicação do servidor designado auditor interno para apreciação da Controladoria Geral da União/CGU. Após análise a CGU manifestou-se pela favorável à indicação, de forma condicionada ao compromisso de que se abstenha de participar da avaliação dos atos de gestão. Na proposta da criação do regimento interno inclui o do auditor interno.
- 5 - Registra-se que foi acatado e cumprido pelo servidor, quanto ao ressarcimento de valores pela utilização de veículos. O montante para recolhimento foi parcelado em seis parcelas, tendo iniciado em setembro/2015, com término em fevereiro/2016.

#### SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS

A proposta final do Regimento Interno foi concluída e encaminhada à Casa Civil/PR, em 02/10/2015, por meio do Ofício 048/2015-GAB/ITI/PR, para fins de avaliação e aprovação pelo Ministro daquela Casa.

Número de profissionais insuficientes para executar as atividades finalísticas e outras demandas administrativas que exijam servidores.

Dificuldade em reparar que se utilizou indevidamente o meio de transporte do ITI, dada a situação de saúde em que se encontrava. Esperava, no mínimo, ser ressarcido do valor voluntariamente recolhido.

### 8.3. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Destaca-se que no âmbito da Autarquia não foi registrado, no exercício de 2016, quaisquer ocorrências e irregularidades para subsequente instauração de processo de apuração e punição ao infrator.

Ressalta-se que esta Unidade está vinculada, para fins de correição, à Secretaria de Controle Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República (CISSET/SG/PR), conforme determina § 3º do Art. 2º do Decreto nº 5.480, de 30 de julho de 2005, a qual exerce as atribuições de unidade seccional de correição dos órgãos integrantes da Presidência República e da Vice-Presidência da República.

Importa salientar, contudo, que inobstante a criação do referido Órgão de Correição no âmbito da Ciset/SG/PR, em nada se altera a competência originária desta Unidade Gestora quanto à instauração de procedimentos apuratórios, tendo em vista o que dispõe o Art. 143, da Lei 8.112/90 ou legislação equivalente.

#### **8.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o art. 5º da Lei 8.666/1993**

Em observância ao artigo 5º da Lei nº 8.666/1993, o Instituto mantém um controle de um cronograma para o cumprimento de suas obrigações, com relação às contratações de bens e serviços. As liquidações de tais compromissos dependem da liberação de recursos orçamentário e financeiro, por parte do Governo Federal.

#### **8.5. Revisão de contratos vigentes, firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento**

Destaca-se que o Instituto não possui contratos vigentes, firmados antes do exercício de 2016, beneficiados pela desoneração da folha de pagamento. O contrato existente, dessa natureza, foi celebrado no decurso do exercício de 2015, tendo praticado os benefícios no ato da proposta, conforme legislação pertinente.